

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Mais um rio de lama da Vale	3
Título: Bolsonaro: cuidado com seus "gurus"	5
Título: Novo acidente denuncia falhas e leniência	6
Título: 'Desta vez, a tragédia é humana'	7
Título: Relatos de medo, dor e surpresa	9
Título: Segurança de barragens é duvidosa	11
Título: Ambientalista diz que ampliação da mina foi feita 'a toque de caixa'	12
Título: Bolsonaro diz que Mariana não serviu de alerta	13
Título: 'Como dizer que aprendemos algo com Mariana?'	14
Título: Pouco controle nas barragens	16
Título: Ações da mineradora despencam 8% na Bolsa de Nova York	17
Título: Bird quer fim de US\$ 300 bi em subsídios	18
Título: Conta de luz não terá sobretaxa em fevereiro	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: Amargo chamado à realidade	20
Título: Energia segue na bandeira verde em fevereiro, afirma agência	22
Título: Recibo de ação da Vale cai 8% em NY após tragédia em MG	23
Título: Dependente da energia do país vizinho, Roraima teme retaliação	24
Título: Três anos após Mariana, barragem se rompe em Minas e deixa cerca de 200 desaparecidos	26
Título: Presidente da Vale diz que tragédia humana é maior que a de Mariana	28
Título: Complexo da barragem teve ampliação 'express' em 2018	29

Título: Governos insistem em afrouxar a única vacina contra desastres	31
Título: Parentes de desaparecidos fazem ronda em hospitais	32
Título: Inhotim sai ileso, mas obras preveem tragédia	34
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	36
Título: » Oi, sumida.....	36
Título: Investidores querem saber mais.....	36
Título: Sem concessões, Orçamento pode sofrer bloqueio de recursos	38
Título: Rompimento de barragem deixa mortos e desaparecidos em MG.....	39
Título: Mar de lama encobre operários e pousada.....	40
Título: Vale conseguiu, em dezembro, aval para ampliar exploração	42
Título: Inhotim retira mil visitantes e fecha	43
Título: Após Mariana, legislação não avançou no controle das barragens.....	43
Título: Lição do desastre não foi aprendida	45
Título: Bolsonaro cria gabinete de crise e vai a Brumadinho	45
Título: Furnas paralisa duas turbinas	47
Título: 'Dano humano será maior', diz Vale	47
Título: 73% das barragens não foram fiscalizadas	48
Título: Justiça bloqueia R\$ 1 bi da empresa	49
Título: Falta visão holística ao setor elétrico.....	50
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	51
Título: Um mar de destruição	51
Título: Desespero e preocupação	53
Título: Dano humano será maior	54
Título: Críticas de ambientalistas	56
Título: Fora da lista de "preocupantes"	59
Título: Tecnologia pode ajudar	60
Título: Museu de Inhotim evacua visitantes e fecha	63
Título: O Brasil não aprende.....	63
Título: "Até quando vamos perder vidas?"	66
Título: Sistema obsoleto.....	67
Título: Luz sem taxa extra	68
Título: Tragédia anunciada	69

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: Mais um rio de lama da Vale**

A Vale e a indústria de mineração do país estão em xeque. O segundo rompimento de grandes proporções em barragens de rejeitos mostra que os eventos não são isolados. Há falhas na segurança da empresa e na fiscalização pelos órgãos reguladores. Até quem acompanhou a tragédia de Mariana teve dificuldades para explicar o que aconteceu ontem. Há uma suspeita: o setor cresceu demais nos últimos 20 anos, a produção de minério de ferro aumentou exponencialmente, mas os investimentos em segurança não subiram na mesma intensidade. Tudo indica que as barragens no país não estão suportando o volume de extração. Em Brumadinho, a presença da sede administrativa da empresa — e até de um restaurante — no caminho do fluxo de lama sugere que os estudos de contingência foram ignorados ou falharam completamente. A Vale é a nossa maior exportadora, a segunda maior mineradora do mundo e a terceira maior empresa listada na bolsa brasileira. Essas duas tragédias em um período de três anos colocam em dúvida a sua capacidade de expansão. O custo humano, se confirmado, será novamente irreparável.

"FISCALIZAÇÃO PRECÁRIA"

Para o procurador José Adércio Leite Sampaio, coordenador da força-tarefa Rio Doce, do Ministério Público Federal, tanto a Vale quanto funcionários da empresa podem ser responsabilizados criminalmente, caso sejam detectados culpa ou dolo nesta tragédia. O MP também avaliará indenizações na área cível. Ele diz que a fiscalização dos órgãos reguladores continuou precária, mesmo

após Mariana. "Criou-se a Agência de Mineração, mas houve apenas mudança de nomenclatura. São dois técnicos para fiscalizar 450 barragens", afirmou.

EXPLORAÇÃO ACELERAVA

A produção da Vale na região de Brumadinho acelerou em uma década, acompanhando a cotação do minério de ferro. A área de Paraopeba produziu 16,5 milhões de toneladas em 2009. Era a época da crise financeira internacional. Duas das dez minas do Sistema Sul estavam fechadas porque tinham custo de produção elevado. O preço da commodity voltou a subir, e a extração cresceu para 22,5 milhões em 2010. Já em 2018, foram retirados 26 milhões de toneladas de Paraopeba onde está a mina do Córrego do Feijão. No ano, a alta foi de 3,4%. Curiosamente, Paraopeba era a única das áreas do Sistema Sul que aumentava a produção em 2018.

MAIS RESÍDUO QUE MINÉRIO

No Relatório de Sustentabilidade de 2017, a Vale anunciava investimentos de US\$ 182 milhões na gestão de barragens de minerais ferrosos. A companhia tinha 150 barragens no país. No total, em 2017, a Vale anunciou ter gerado 729 milhões de toneladas de resíduos em toda a sua operação. A produção de minério de ferro foi de 366,5 milhões de toneladas.

GOVERNO TEM REAÇÃO RÁPIDA

A reação do governo Bolsonaro em tudo se diferenciou da do governo Dilma, em 2015, em Mariana. Um gabinete de crise foi criado rapidamente, três ministros se deslocaram para a região, e o presidente fez um pronunciamento curto, mas correto. Sua presença no local é aguardada hoje, apesar de ele ter uma cirurgia agendada para a próxima segunda-feira.

VISÃO DE MERCADO

A queda de 12% dos papéis da Vale em Nova York marcou a volta de um pesadelo para o acionista, conta Pedro Galdi, da corretora Mirae. "A mina de Feijão é pouco representativa na produção da Vale, contribui com 2% do total. O problema para a companhia é outro. O rompimento atingiu pessoas, há o risco de contaminação dos rios. O ônus financeiro tende a ser grande", disse. A mineradora está financeiramente equilibrada.

MENOS INVESTIMENTO E DÍVIDAS

Nos últimos anos a Vale vinha passando por um processo que os economistas chamam de "desalavancagem". Ou seja, tinha como objetivo a redução do seu endividamento, o que de fato aconteceu. Em 2015, a empresa tinha uma dívida

bruta de R\$ 112,6 bilhões. Einar Rivero, da consultoria Econômica, conta que o total caiu para R\$ 67,3 bi em 2018. O bom preço do minério ajudou e a geração operacional de caixa saltou 40%, para R\$ 52 bi. Mas, no período, a empresa cortou dois terços do investimento.

Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)

A colunista está de férias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Bolsonaro: cuidado com seus "gurus"

No mesmo dia da Tragédia de Brumadinho, o Observatório do Clima, rede de ONGs de combate às mudanças climáticas, publicou uma checagem do que anda dizendo Evaristo de Miranda, diretor da Embrapa Territorial, uma espécie de eminência parda de Bolsonaro na área do meio ambiente.

Refutou, por exemplo, a afirmação de que o Brasil "é o campeão" em áreas ambientais protegidas. Uma comparação com outros países mostra que o Brasil não tem nada de tão extraordinário no percentual de áreas protegidas em relação a outros países. E diz: "Há 51 nações com mais áreas protegidas do que nós, segundo o Banco Mundial". É como se diz em Frei Paulo: "Antes só do que mal acompanhado".

A tragédia na rede

Foi instantânea a repercussão, nas redes sociais, do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. Segundo Marco Aurelio Ruediger, da FGV DAPP, até as 19h de ontem, houve 345,5 mil menções no Twitter.

Já...

No Facebook, o impacto foi igualmente elevado no mesmo período de tempo, com 2 milhões de interações —entre reações, compartilhamentos e comentários a links de reportagens.

Ganância das mineradoras

O cantor e compositor Flávio Venturini, do grupo Clube da Esquina, que mora em um sítio a 70 km de Brumadinho, usou as redes sociais para avisar que não

foi afetado pelo rompimento da barragem. O ex-integrante do 14 Bis aproveitou para criticar a falta de fiscalização das barragens:

—Lamento muito a ganância das mineradoras que esburacam nossas montanhas, destroem o meio ambiente e não são corretas com os dejetos que elas causam —escreveu.

É HORA DE TROCAR DE ÁULICOS

Bolsonaro não tem culpa pelo que ocorreu em Brumadinho. Mas a tragédia deveria servir para ele desconfiar de áulicos como o que o levou dizer, em Davos, a asneira de que "somos o país que mais preserva o meio ambiente". Não, não somos.

"Ponte Chicago

Veja estes dois tipos faceiros que se encontraram, ontem, na passarela, da Av. República do Chile, que separa os prédios do BNDES e da Petrobras. São Joaquim Levy e Roberto Castello Branco, recém-empossados nas presidências das duas estatais.

O local poderia até ganhar o nome de "Ponte Chicago", já que a dupla, como quase toda a equipe econômica, é cria da mesma universidade americana.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/01/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Novo acidente denuncia falhas e leniência

Depois de Mariana, Brumadinho reforça imagem de desatenção com as barragens de mineração

Há uma trágica tradição brasileira de não se aprender com os erros. Ela costuma estar mais presente no setor público, mas, como demonstra o segundo rompimento de barragem numa mina de ferro em Minas Gerais, em pouco mais de três anos, também pode contaminar grandes corporações privadas.

A Vale está associada com a australiana BHP na Samarco, dona da barragem do Fundão —também de rejeitos de mineração —, responsável pelo maior desastre ambiental da história brasileira, ocorrido em novembro de 2015.

O estouro da represa devastou o vilarejo de Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana, destruiu a fonte de sustento de incontáveis famílias, matou 19 pessoas

e causou uma devastação em ecossistemas incalculável. Afetou o Rio Doce e poluiu sua foz a mais de 600 quilômetros de distância. Não se sabe ao certo quanto tempo levará para a restauração da natureza. Se é que haverá.

Uma tragédia de repercussão mundial. Era de se esperar que rígidas medidas seriam tomadas para que um desastre deste tipo não se repetisse. Até porque há algumas informações disponíveis sobre a situação das barragens, que se multiplicam em Minas devido à atividade de mineração no estado.

Há 839 barragens de mineração no país, sendo que Minas abriga 44% delas, ou 369. A Agência Nacional de Águas (ANA), por exemplo, constatou em 2017 que havia 45 barragens de água em todo o país com problemas sérios de estrutura. O número havia quase dobrado em relação a 2016, e pouco mais da metade pertencia a organismos públicos.

Mas a própria qualidade técnica dessas avaliações está agora em xeque. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, admitiu à Globo- News ainda não saber o que aconteceu. E lembrou que depois da tragédia de Mariana a empresa executou detalhado levantamento das condições de seus reservatórios. Mesmo assim, não conseguiu evitar mais este desastre, que, até o início da noite, contabilizava cerca de 150 desaparecidos.

O próprio Fabio Schvartsman reconheceu que, diante deste desastre, não se pode dizer que "aprendemos" com Mariana. Há, portanto, importante dever de casa a ser feito na Vale, em outras mineradoras, assim como nos órgãos públicos, para se saber onde estão as falhas nos diversos protocolos técnicos na avaliação e mesmo manutenção desses reservatórios, de alto poder de destruição.

A barragem da Mina Feijão, em Brumadinho, próximo a Belo Horizonte, que rompeu ontem, consta de cadastro da Agência Nacional de Mineração (ANM) como de baixo risco de acidentes e de alto potencial de danos. Infelizmente, apenas a segunda parte do diagnóstico da agência está confirmada: a capacidade de destruição do reservatório não era desprezível.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/01/2019

Seção: O País

Autor:

Título: 'Desta vez, a tragédia é humana'

Rompimento de barragem de rejeitos atinge parte de comunidade e área administrativa da Vale, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo

Horizonte. Governo de Minas Gerais contabiliza 150 desaparecidos e sete mortos. Presidente da mineradora reconhece: "É inaceitável"

Três anos depois que uma avalanche de lama de mineração devastou Mariana (MG), no maior desastre ambiental do Brasil, uma nova tragédia, com roteiro semelhante, atingiu Minas Gerais. Uma barragem de rejeitos da Vale se rompeu, ontem, por volta de 12h30m, no município de Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O governo de Minas informou que, aproximadamente, 150 trabalhadores estão desaparecidos. Até o fechamento desta edição, sete corpos já tinham sido encontrados.

Os rejeitos, permeados de areia, ferro e sílica, atingiram a área administrativa da Vale na Mina Córrego do Feijão. Parte da comunidade da Vila Ferteco e a área administrativa da companhia ficaram debaixo da lama. O governo do estado informou que 427 pessoas estavam no local, sendo que 279 foram resgatadas vivas. Nove delas foram retiradas dos rejeitos e outras 100, que estavam ilhadas, tiveram o resgate bem-sucedido. O restaurante dos trabalhadores ficou soterrado.

— Desta vez, é uma tragédia humana — afirmou o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, que classificou o episódio como "inaceitável".

Uma grande operação de salvamento e resgate foi montada, com atuação dos governos estadual e federal e do Exército. O presidente Jair Bolsonaro deve chegar hoje ao local do acidente. Ministros e o governador de Minas, Romeu Zema, se deslocaram ontem mesmo para coordenar os trabalhos.

Logo após o rompimento, a Defesa Civil determinou a evacuação do centro de Brumadinho. O parque do Instituto Inhotim também foi fechado, mas não houve danos.

Segundo o presidente da Vale, a barragem não era utilizada há três anos, e o risco de contaminação do Rio Paraopeba, afluente do Rio São Francisco, é "pequeno ou quase nulo". Uma das ações mais urgentes e sensíveis tem por objetivo reter a onda de rejeitos na barragem da usina de Retiro Baixo, a 220 km do local do acidente.

O Complexo de Paraopeba, onde aconteceu o novo desastre, tem quatro minas, uma jazida inoperante e duas usinas. O acidente ocorreu na barragem 1 da mina Córrego do Feijão. Duas outras barragens transbordaram. Ali, a Vale produziu, em 2017, cerca de 26 milhões de metros cúbicos de minério de ferro, o que corresponde a 7% da produção da companhia, segundo relatório da mineradora.

A Defesa Civil informou que a barragem que se rompeu tinha cerca de 13 milhão de metros cúbicos de rejeitos. No desastre de Mariana, em 2015, cerca de 45 milhões de metros cúbicos de lama vazaram de instalações da mineradora.

A nova tragédia, envolvendo a mineração da Vale, em Minas, ocorreu a cerca de 200 quilômetros da barragem que se rompeu em 05 de novembro de 2015, em Mariana. Lá, o desastre ambiental matou 19 pessoas. Até hoje, moradores da região do Rio Doce reivindicam indenizações pelos prejuízos econômicos e punições para os responsáveis. Na cidade, projetos de recuperação do Vale do Rio Doce, financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), estão parados por falta de investimentos da entidade estadual.

Após o acidente de ontem, os recibos de ações (ADRs, na sigla em inglês) da Vale foram negociadas em Nova York com queda de 7,91%. Não houve negócios na Bolsa brasileira devido ao feriado em São Paulo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/01/2019

Seção: O País

Autor: Bárbara Ferreira* E Camila Bastos*

Título: Relatos de medo, dor e surpresa

MORADORES DIZEM QUE SIRENES DE ALERTA NÃO TOCARAM

Para quem mora em Brumadinho (MG), na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a última sexta-feira do mês de janeiro trouxe uma tragédia que pode superar em número de vítimas o desastre de Mariana, na região central do estado, há três anos. Testemunhas descrevem o momento do rompimento da Barragem 01, da Mina do Feijão, falam do medo de não rever familiares e conhecidos, e dizem que as sirenes de alerta não tocaram no momento da ruptura da barragem.

O técnico de eletromecânica Maicon Vitor, de 22 anos, viu a destruição chegar assim que saiu do refeitório da empresa. Ele havia acabado de almoçar e seguia para o vestiário quando ouviu a barragem romper.

—Desceu arrastando oficinas, escritórios, o refeitório tudo que estava na frente foi embora —disse ele, que deixou para trás 14 amigos e a mãe, motorista da mina.

Maicon contou como escapou para a rota de fuga —estabelecida pela Vale e ensinada em treinamentos— com outros cerca de 40 funcionários.

—Depois que a barragem desceu, eu e mais dois voltamos para ajudar no resgate—disse ele.

Além de auxiliar no salvamento de duas mulheres, eles também retiraram dos escombros o corpo de um motorista da empresa.

O bombeiro civil D. resume como um "cenário de completa destruição" o que encontrou ao chegar no local. Ele, que preferiu não se identificar, diz que foi uma das primeiras pessoas a acessar a área da mineradora.

—Não ouvi a sirene tocar. Logo que cheguei, sabia que havia muitos mortos. Conseguia ver partes dos corpos. Havia poucas pessoas no local e logo o resgate começou a chegar. Era um completo caos. Desde o início eu sabia que sobreviventes seriam poucos —relatou D.

A falha no equipamento de segurança também foi relatada por Maicon Vitor, que ouviu o barulho da tragédia, mas garante o silêncio das sirenes. Mesmo atônito com a situação, ele permaneceu no local para auxiliar nas buscas.

— Todo mundo que não foi soterrado permaneceu aqui. Estamos esperando informações —disse ele.

CLIMA NA CIDADE

Coordenadora executiva da Defesa Civil de Brumadinho, Gislene Zuza confirmou o silêncio das sirenes.

—Elas foram instaladas no início de dezembro, todos os testes foram feitos e os simulados tiveram 95% de aproveitamento —afirmou Gislene.

Enquanto familiares e funcionários permaneceram durante todo o dia no local do acidente, na cidade as pessoas estavam todas nas ruas. Em uma das pontes por onde passa o córrego do Feijão, dezenas de pessoas aguardavam a chegada da lama. A pacata Brumadinho deu lugar a viaturas de polícia, carros de bombeiros e ambulâncias.

—O rio estava turvo, baixou mais de um metro e meio e o cheiro era algo que nunca vimos antes por aqui — disse o mecânico Adilson Fernandes.

Para quem mora na região, além da incerteza, do medo de não rever familiares e conhecidos, a tragédia também já mostra rastros de destruição ambiental. Produtores rurais que vivem próximo ao córrego já relatam que os peixes estão morrendo.

—No quintal da minha casa, dava dó de ver os peixes. Eram grandes, fortes e todos

mortos. E se a lama chegar até a minha terra, perco todo o meu trabalho—lamentou o produtor rural Geraldo de Oliveira.

Geraldo acompanhava o amigo Odilon Paraguai, que procurava notícia de uma prima de 36 anos que, segundo ele, estava no local na hora do acidente.

—A família inteira está mobilizada, cada um em um ponto de resgate. Montamos um ponto de apoio na casa da mãe dela. O filho dela ainda não sabe. No domingo, é aniversário dele de 11 anos —disse Paraguai.

Ao fim do dia, as pessoas começavam a deixar os pontos de resgate com o encerramento das buscas, mas com a certeza de que a tragédia mudará drasticamente a rotina da cidade e a vida de todos eles. Nos próximos dias, a mobilização será toda em torno de confirmar mortes e buscar pelos desaparecidos. (*Especial para O GLOBO)

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/01/2019

Seção: O País

Autor: Ana Lúcia Azevedo

Título: Segurança de barragens é duvidosa

Análise

A tragédia de Brumadinho é a prova cabal de que o Brasil não só nada aprendeu com Mariana, o seu pior desastre ambiental, como não tem condições de assegurar à população que suas barragens são seguras. O sistema de previsão e contenção de risco do Brasil é falho e a barragem da Vale encheu o país de novo de lama para provar isso. A barragem do Feijão da Vale sequer estava na relação mais recente das 45 barragens em risco divulgada pela Agência Nacional de Águas (ANA).

A nova desgraça causada por uma barragem de rejeito de mineração acontece num momento em que o governo planeja afrouxar o sistema de licenciamento ainda mais. Após três anos de Mariana, tanto a ação penal quanto a civil estão paradas. Vilarejos destruídos se tornaram monumentos ao desastre.

Agora a lama corre para o Paraopeba, rio que abastece parte da Grande Belo Horizonte. Se continuar a se espalhar, vai atingir a usina hidroelétrica de Três Marias, uma das mais importantes do país e pôr em risco o Rio São Francisco.

Depois do Doce, desastres que podem ser evitados jogam lama em outro de seus grandes rios, desta vez o maior rio totalmente brasileiro, o já tão degradado São Francisco.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/01/2019

Seção: O País

Autor: Cleide Carvalho

Título: Ambientalista diz que ampliação da mina foi feita 'a toque de caixa'

Representantes de movimentos ambientalistas na região de Brumadinho (MG) afirmam que desde 2011 vinham relatando às autoridades o risco de rompimento da barragem I da Mina do Feijão.

Segundo Maíra do Nascimento, do Movimento pelas Águas de Casa Branca, as comunidades que vivem no entorno da mina lutavam para que não fosse autorizada a ampliação do complexo. A Secretaria de Meio Ambiente de Minas autorizou acréscimos em 11 de dezembro passado.

—É uma tragédia anunciada—diz Maíra.

Segundo ela, a autorização para ampliação da mina foi feita "a toque de caixa", com a concessão, de uma só vez, das licenças prévia, de instalação e operação.

Maria Tereza Corujo, do Movimento pelas Serras e Águas de Minas, diz que, apesar da preocupação dos moradores, a Vale sempre garantiu a estabilidade da barragem.

Ela afirma ainda que houve retrocesso na legislação ambiental do estado, que reduziu as exigências para classificação de risco das cavas de mineração.

Doutora em Microbiologia e Imunologia e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, Leila Macedo ressalta que o rompimento da barragem provocou um desequilíbrio ambiental que, em poucos meses, pode provocar surtos de doenças como dengue e febre amarela.

— É um fenômeno semelhante ao que ocorreu na tragédia em Mariana, em 2015. O ecossistema perde o equilíbrio. Com mais animais doentes, maior é a quantidade de mosquitos infectados. (Colaborou Renato Grandelle)

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/01/2019****Seção: O País****Autor: Daniel Gullino, Jussara Soares E Patrik Camporez
Brasília****Título: Bolsonaro diz que Mariana não serviu de alerta**

Presidente vai sobrevoar a região

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o desastre de Mariana (MG) deveria ter servido de alerta para o Brasil e lamentou que uma tragédia semelhante tenha acontecido. O governo federal montou um gabinete de crise para acompanhar o tema, e Bolsonaro deve chegar na manhã de hoje a Brumadinho (MG), onde houve a ruptura da barragem.

— Montamos um gabinete de crise e ficaremos antenados 24 horas por dia para prestar informações para a população, de modo que nós possamos minimizar mais essa tragédia, depois de Mariana. Esperávamos que não tivesse uma outra, até por uma questão de aquela servir de alerta. Mas, infelizmente, temos esse problema agora — disse Bolsonaro à Rádio Regional FM, de Brumadinho.

Bolsonaro vai viajar acompanhado da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, e do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva. O governador de Minas, Romeu Zema, também vai integrar a comitiva. O presidente disse que não quer apontar culpados, mas afirmou que "algo está sendo feito errado" na mineração:

— Não quero começar a culpar os outros pelo que está acontecendo. Mas algo está sendo feito errado ao longo do tempo.

Na noite de ontem, os ministros do Meio Ambiente (Ricardo Salles), Desenvolvimento Regional (Gustavo Canuto) e **Minas e Energia (Bento Albuquerque)** e o Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, Alexandre Lucas, sobrevoaram a região atingida pelos rejeitos. De acordo com Bolsonaro, essa situação "não tem nada a ver com o governo federal", a quem cabe, segundo ele, apenas a fiscalização.

— Sobrevoaremos a região para que possamos, mais uma vez reavaliar os danos, tomar todas as medidas cabíveis para minorar o sofrimento de familiares e possíveis vítimas, bem como a questão ambiental — afirmou o presidente, em pronunciamento à imprensa no Palácio do Planalto.

O vice-presidente Hamilton Mourão seguiu a mesma linha e ressaltou que a tragédia não pode ser atribuída ao governo federal. Questionado se o Brasil não aprendeu com o desastre de Mariana, Mourão pontuou que a Vale é uma

empresa privada. Mais cedo, o presidente da mineradora, Fábio Schvartsman, havia afirmado que não poderia dizer que a companhia aprendeu com o episódio anterior.

— Essa conta não pode vir para gente. Não pode vir para nosso governo, porque nós assumimos faz 30 dias. A Vale é uma empresa privada. É preciso apurar o que houve, era considerado a barragem com menor grau de risco — afirmou Mourão, em referência ao relatório da Agência Nacional de Águas (ANA) que classificou a barragem como uma estrutura de risco baixo de acidentes.

O vice também comparou a tragédia de Brumadinho com a de Mariana, dizendo que, pelas informações preliminares, o novo desastre tem menor proporção, uma vez que a barragem é menos tóxica do que aquela que se rompeu há três anos. Mourão disse que a prioridade neste momento é o socorro às vítimas, e defendeu que as responsabilidades devem ser apuradas posteriormente.

— A primeira coisa que precisa ser feita é socorrer as pessoas desabrigadas e tentar buscar aquelas pessoas desaparecidas se for possível. Depois é ver a apuração da responsabilidade — disse.

— Todo o governo federal está mobilizado para atuar no socorro e na resposta ao rompimento da barragem. Uma equipe da Defesa Civil Nacional, chefiada por mim, já está se deslocando para região para apoiar as ações do estado e do município — disse Alexandre Lucas.

Em nota oficial, Canuto afirmou que a mobilização e o apoio do governo federal começaram logo após o rompimento da estrutura. O ministro conversou por telefone com Bolsonaro, que reforçou a importância de disponibilizar todo o apoio necessário ao estado e ao município de Brumadinho.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/01/2019

Seção: O País

Autor: Bruno Rosa

Título: 'Como dizer que aprendemos algo com Mariana?'

VALE AFIRMA NÃO SABER O QUE HOUE

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse ontem, na sede da empresa, no Rio, que a companhia não aprendeu com o desastre de Mariana, também em Minas Gerais, há três anos.

— Como vou dizer que a gente aprendeu (após o acidente de Mariana) se acaba de acontecer um acidente desses? O que posso dizer foi o que a gente fez

depois do acidente. Viramos todas as barragens do avesso e contratamos as melhores auditorias do mundo para verificar o estado de todas elas. Fizemos tudo que a gente entende que era possível para garantir a segurança e a estabilidade. O fato é que não sabemos o que aconteceu e o que ocasionou, mas certamente vamos descobrir —disse Schvartsman.

Schvartsman afirmou que a barragem da mina de Feijão tinha o aval de empresas do exterior. Ele citou o laudo de uma consultoria alemã, a Tuv Sud, especializada em revisão de barragem, que atestou que o empreendimento estava estável.

— No dia 10 de janeiro foi feita a última leitura dos medidores e tudo estava normal. O último relatório enviado pela auditoria externa, da Alemanha, foi em 26 de setembro de 2018, que atestava estabilidade do sistema —disse o executivo.

Para ele, os documentos atestavam que a barragem que rompeu apontava baixo risco. Ele acrescentou que a represa estava inativa havia três anos.

Ao comparar os acidentes de Brumadinho e Mariana, o executivo disse que desta vez a tragédia humana é maior, com centenas de desaparecidos.

— É uma tragédia humana, não sabemos quantas pessoas, mas sabemos que serão muitas pessoas. Sobre aparte ambiental, (o impacto) será menor em relação à tragédia de Mariana, pois parte do rejeito estava seco. Era basicamente sílica. Ou seja, basicamente terra.

Ele afirmou que 300 funcionários estavam na área da barragem no momento da tragédia, que ocorreu na hora do almoço.

— Os funcionários tiveram seu restaurante soterrado. A maioria dos atingidos são funcionários. No momento do acidente, tinha 300 funcionários próprios e de terceiros no local. Não sabemos quantos foram acidentados, pois houve um soterramento.

TRISTEZA

O presidente da Vale afirmou não ter palavras para descrever a tristeza com o que aconteceu em Brumadinho.

—Infelizmente, o rompimento aconteceu. Isso é indesculpável. Mesmo assim peço desculpas a todos os atingidos, a toda sociedade brasileira, e dizer que não mediremos esforços para enfrentar essa questão da forma que deve ser enfrentada. Fizemos um esforço imenso para deixar nossas barragens na melhor condição possível, especialmente depois de Mariana.

O presidente da Vale destacou ainda que, desde a tragédia de Mariana, várias ações foram realizadas, como revisões periódicas por empresas estrangeiras, planos de emergência detalhados, implantação de sirenes. Porém, ele destacou que não sabe se o equipamento de som funcionou.

—A Vale redobrou os cuidados e fez o que havia de mais moderno para manter a estabilidade em seu sistema, o que me preocupa agora é socorrer as pessoas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/01/2019

Seção: O País

**Autor: Renato Grandelle, João Paulo Saconi E Manoel Ventura
Brasília**

Título: Pouco controle nas barragens

Vistorias atingiram só 3% das estruturas em operação no país

Um relatório divulgado em novembro do ano passado pela Agência Nacional de Águas (ANA) afirma que apenas 3% das 24.092 barragens cadastradas no país foram vistoriadas em 2017. O trabalho é realizado por 31 órgãos fiscalizadores de segurança.

Em 2017, aconteceram 780 ações de fiscalização — há barragens vistoriadas mais de uma vez —, uma redução de 16% em relação ao ano anterior. De acordo com o levantamento realizado dois anos atrás, 42% das estruturas não contam com um ato de autorização, outorga ou licenciamento, e 723 estruturas são classificadas simultaneamente nas categorias de risco e dano potencial associado altos.

— Poucas pessoas fazem as vistorias, a verba disponível é praticamente uma esmola. Há especialistas no governo federal que poderiam executar este trabalho —avalia Willy Lacerda, professor de Engenharia Geotécnica da Coppe/UFRJ.

Segundo a ANA, foram aplicados aproximadamente R\$ 34 milhões em recursos públicos para os serviços de operação, manutenção e recuperação de barragens destinada a diversos usos, como irrigação (cerca de 41% do total), aqui cultura e geração de energia.

BAIXO RISCO DE ACIDENTE

Os governos estaduais aplicaram 73% da verba que previram. Já a esfera federal, somente 23%. Este é o relatório mais recente da agência sobre segurança de barragens. A Barragem 1 da Mina Feijão, da Vale, em Brumadinho

(MG), tinha baixo risco de acidentes e alto potencial de danos, segundo o documento, elaborado pela ANA com informações repassadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

A barragem que se rompeu ontem não foi incluída entre as 45 que possuíam notificação de risco no Brasil. Trata-se do relatório mais atualizado sobre o tema. Os dados das áreas ligadas ao governo apontam que a barragem é de pequeno porte e tem altura de 40 metros. Há seis barragens da Vale na região do Córrego do Feijão, todas destinadas à contenção de rejeitos de mineração. Cinco delas estão na classificação de baixo risco de acidentes e alto potencial de danos, exceto uma, que é classificada como de médio potencial de danos.

Em 2017, a ANA constatou um aumento expressivo de barragens em relação ao número de estruturas cadastradas no ano anterior. A agência estima que o número de represamentos artificiais em território nacional seja, pelo menos, três vezes maior do que o estipulado.

Das 45 barragens com risco de acordo com o cadastro, dez ficam em diferentes localidades da Bahia, estado com o maior número de estruturas comprometidas. Em Alagoas, são seis contenções prejudicadas. Em Tocantins, há quatro delas em situação parecida. Sergipe, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro são estados em que há duas barragens em risco. Em Pernambuco, apenas uma foi classificada em situação de risco.

As informações foram repassadas às agências por 31 órgãos fiscalizadores, 28 deles estaduais e três em âmbito federal. Em Minas Gerais, a ANM possui cinco diferentes organizações fiscalizadoras.

A barragem de Brumadinho foi construída em 1991, em um afluente do Rio Paraopeba, na Bacia do Rio São Francisco. O volume do reservatório é de um milhão de metros cúbicos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/01/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Ações da mineradora despencam 8% na Bolsa de Nova York

> Os recibos de ações (ADRs, na sigla em inglês) da Vale foram negociada com forte queda após a notícia de rompimento de barragem da mineradora em Brumadinho.

> No pior momento, chegaram a cair mais de 10%. Os papéis fecharam em baixa de 8%, a US\$ 13,66 (R\$ 51,51 na cotação de ontem). Não houve negócios na Bolsa brasileira devido ao feriado em São Paulo, de aniversário da cidade.

> A Vale levou algumas horas para comunicar o ocorrido à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre esse acidente, confirmando que os rejeitos atingiram a área administrativa da companhia, que há a probabilidade de vítimas e que não é possível ainda constatar os motivos que levaram ao rompimento da barragem em Minas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/01/2019

Seção: Economia

Autor: Vivian Oswald, enviada especial

Título: Bird quer fim de US\$ 300 bi em subsídios

Recursos beneficiam energia e agricultura em detrimento do meio ambiente, afirma Banco Mundial

DAVOS (SUIÇA)- A diretora executiva do Banco Mundial (Bird), Kristalina Georgieva, defendeu a eliminação de US\$ 300 bilhões em subsídios que ainda beneficiam setores como energia e agricultura em detrimento do meio ambiente. A mudança do clima foi um dos principais riscos para o crescimento da economia global identificados pelo Fórum Econômico Mundial e o primeiro ponto da lista de riscos que demandam ação imediata citados ontem pela diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, durante o painel Perspectivas para a Economia Global, o último realizado em Davos.

— A mudança do clima não está apenas acontecendo, mas ocorre em uma velocidade mais rápida do que imaginávamos. Esses subsídios danosos caíram de US\$ 600 bilhões para US\$ 300 bilhões. Mas ainda temos outros US\$ 300 bilhões (para cortar) pela frente — afirmou Georgieva.

FMI FAZ APELO POR CLIMA

Lagarde destacou que a temperatura média do planeta aumentou em 1°C desde o fim do século XIX. No entanto, a maior parte do aquecimento global aconteceu nos últimos 35 anos, com os cinco anos mais quentes da história registrados depois de 2010.

— Se não fizermos um mínimo de esforço global, o que deve começar no ano que vem, economias inteiras serão varridas, para não falar nas tragédias humanas que isso pode causar. Sabemos que os países mais pobres serão

desproporcionalmente afetados. E que as economias avançadas não estarão imunes — afirmou Lagarde, lembrando que até os bancos centrais, instituições financeiras e companhias de seguro têm que considerar a mudança do clima e medir os seus impactos.

Georgieva citou projeções da Universidade de Stanford que estimam que um aumento da temperatura global em até 2,5°C pode reduzir o crescimento global em 15%. Com 3°C, a queda seria de 25%.

— Projetos voltados para energias renováveis e mobilidade de baixo carbono criaram oportunidades de US\$ 26 bilhões e podem abrir 65 milhões de novos postos de trabalho — disse Georgieva.

— Então, quando falarem "reduzir as emissões é assustador e ruim para a economia", não acreditem.

APOIO AOS MAIS POBRES

A diretora do Bird defendeu também mais apoio aos países que não criaram a crise climática, mas já sofrem seus efeitos, como o Níger, o Chade e pequenas ilhas.

Ao finalizar o painel, Lagarde defendeu a cooperação internacional como remédio para um diagnóstico comum: de que o mundo está diante de uma grande fragmentação do comércio global, da confiança, das tecnologias. Se isso não for resolvido, afirmou, o mundo tem uma ameaça pela frente.

— Sabemos historicamente que o fluxo de comércio, serviços e dados tem que conduzir a coisas boas. Não estamos pedindo que vocês reinventem as instituições de Bretton Woods (como os próprios Bird e FMI), muito obrigada, porque elas não funcionam mal, e estão fazendo o seu trabalho — disse Lagarde.

A diretora-gerente do FMI defendeu ainda a intensificação dos esforços globais contra o aquecimento do planeta: — Vocês não concordam comigo que tem de haver um reforço nos esforços conjuntos (para lidar com essas questões)? — perguntou ela aos outros palestrantes do painel.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/01/2019

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Conta de luz não terá sobretaxa em fevereiro

Aneel decide aplicar bandeira verde no próximo mês, sem custo adicional para o consumidor. Avaliação é que país está na estação chuvosa, o que permite aumento gradativo da produção de energia pelas hidrelétricas

BRASÍLIA- As contas de luz continuarão sem sobretaxa em fevereiro. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que vai aplicar a bandeira tarifária verde no próximo mês, sem custo adicional para os consumidores. Apesar do consumo de energia em alta no verão, desde dezembro o consumidor não paga taxa extra na tarifa.

Em janeiro, o preço da energia subiu em razão da redução das chuvas. A avaliação da agência, porém, é que a estação chuvosa está em curso, o que propicia elevação gradativa da produção de energia pelas usinas hidrelétricas e melhora do nível dos reservatórios.

CONSUMO EM ALTA

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. Vem daí a adoção de cada bandeira, nas cores verde (sem cobrança extra), amarela e vermelha (patamar 1 e 2), conforme os custos.

Quando chove menos, é preciso acionar usinas termelétricas, que são mais caras que as hidrelétricas. Todo o gasto extra é repassado para os consumidores.

Como voltou a chover na região das hidrelétricas, o governo conseguiu desligar usinas termelétricas que pesavam no sistema e, com isso, manteve a bandeira verde.

No ano passado, o brasileiro arcou com a bandeira vermelha, nível 2, o patamar máximo, que representa a cobrança adicional de R\$ 5 a cada cem quilowatts-hora consumidos, durante cinco meses seguidos. Em novembro, a sobretaxa ficou no patamar intermediário, a bandeira amarela, que representa uma conta extra de R\$ 1 a cada cem quilowatts-hora consumidos.

Neste mês de janeiro, com as altas temperaturas, o Operador Nacional do Sistema (ONS) tem registrado sucessivos recordes no consumo de energia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Amargo chamado à realidade

Painel

A tragédia em Brumadinho (MG), desencadeada pela ruptura de barragem da Vale, vai ampliar a pressão de entidades de defesa do meio ambiente por uma mudança de atitude do governo Jair Bolsonaro, e especialmente do ministro da área, Ricardo Salles. Nilo D'Ávila, do Greenpeace, diz esperar "muita reflexão sobre certas posições". A atitude pró-empresariado do Planalto também será posta à prova. Aliados pregam "firmeza ao cobrar a Vale", para que não haja acusação de leniência.

O que cativas

Salles assumiu o Ministério do Meio Ambiente pregando a facilitação da emissão de licenças ambientais e prometendo uma caçada a fiscais que aplicassem multas consideradas inconsistentes pela pasta.

O óbvio

"Está muito claro que o fiscal é uma das pessoas mais importantes, e que não se deve criminalizar nem o processo de licenciamento nem a fiscalização. Eles ajudam a evitar tragédias", prega Nilo D'Ávila.

Ele avisou

No plano de governo que Bolsonaro registrou no TSE, a expressão "meio ambiente" aparece uma vez, inserida no contexto de propostas para a "a nova estrutura federal agropecuária".

Dia seguinte

O Planalto recebeu informações de que o rompimento das barragens pode ter atingido trechos da malha sob gestão da operadora de logística MRS. Ao todo, são 1.643 km de ferrovias.

Dia seguinte 2

Essa malha ferro viária faz a conexão de cinco dos maiores portos do país e transporta, hoje, cerca de um terço de toda a produção nacional. Procurada na noite desta sexta (25), a MRS disse que ainda não tinha condições de confirmar a informação.

Tudo de novo

Pouco depois da notícia sobre a ruptura da barragem em Brumadinho, o Ministério Público Federal enviou procuradores à região para atuar em duas

frentes de investigação: danos ao meio ambiente e atenção aos atingidos pela tragédia. Até o fim da noite de sexta, falava-se em 200 desaparecidos.

Sempre alerta

O governador de SP João Doria, telefonou a Romeu Zema, que assumiu o comando de Minas, e colocou à disposição equipamentos e pessoal das polícias e da Defesa Civil do estado.

com Thais Arbex e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Energia segue na bandeira verde em fevereiro, afirma agência

São Paulo - A bandeira tarifária nas contas de luz para fevereiro será verde, sem custo para os consumidores, a exemplo do que aconteceu em janeiro e em dezembro, informou nesta sexta-feira (25) a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A bandeira verde continuará apesar de um cenário mais pessimista para as chuvas.

As bandeiras são adicionais na conta de luz, em geral acionadas nos períodos secos em que os reservatórios das usinas hidrelétricas ficam baixos e é preciso recorrer a outras usinas, mais caras.

O sistema também tem o objetivo de estimular o consumidor a economizar energia, para evitar uma conta de luz ainda mais cara.

Já o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), valor usado nas negociações de curto prazo no mercado de energia elétrica, teve alta para o período entre 26 de janeiro e 1º de fevereiro.

O preço foi para R\$ 337,10/ MWh nos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul, ante R\$ 178,76 MWh no período anterior.

"Mesmo com a elevação do PLD, provocada pela diminuição das chuvas em janeiro, a estação chuvosa está em curso, propiciando elevação gradativa da produção de energia pelas usinas hidrelétricas e melhora do nível dos reservatórios", disse a Aneel.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 26/01/2019****Seção: Mercado****Autor: Tássia Kastner****Título: Recibo de ação da Vale cai 8% em NY após tragédia em MG**

Complexo de Brumadinho produz 7% do minério de ferro da companhia

São Paulo - Os recibos de ações (ADRs) da mineradora Vale caíram na Bolsa de Nova York nesta sexta-feira (25), reflexo do rompimento de barragem da companhia em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Os papéis da empresa fecharam em baixa de 8,08%, cotados a US\$ 13,66. No pior momento do dia, chegaram a cair mais de 12%.

As Bolsas americanas terminaram a sessão em alta, enquanto a brasileira ficou fechada por causa do aniversário da cidade de São Paulo.

É comum que, após um feriado, a diferença de preço das ações entre Estados Unidos e Brasil se ajuste, o que indica que as ações da Vale negociadas na B3 têm tendência de queda na segunda-feira (28).

Em nota, André Perfeito, economista da Necton, destacou que a companhia tem peso de 3,39% no Ibovespa, o principal índice do país.

"Muito provavelmente veremos aumento de volatilidade, que está bastante baixa nos últimos dias", afirmou.

Na quinta-feira (24), as ações da Vale encerraram o pregão em leve alta, cotadas a R\$ 56,15. O Ibovespa fechou em patamar recorde, acima dos 97 mil pontos.

A máxima recente da companhia foi de R\$ 62,20, em setembro. Desde então, a empresa foi afetada pelo receio de desaceleração da economia global, turbinado pela guerra comercial travada entre Estados Unidos e China. A disputa poderia reduzir a demanda pelos produtos da Vale.

O complexo da Vale onde está a barragem que se rompeu responde por 7% da produção de minério de ferro da companhia. Os dados estão no relatório de produção do terceiro trimestre, informação mais recente divulgada.

Os números de produção do último trimestre de 2018 devem ser divulgados em 4 de fevereiro, e os resultados financeiros, no dia 13.

O minério de ferro é o principal produto da Vale, com 104,95 milhões de toneladas produzidas no terceiro trimestre do ano passado, recorde da empresa após crescimento de 10% em um ano.

O complexo Paraopeba, onde está a barragem da Mina do Feijão, produziu 7,3 milhões de toneladas entre julho e setembro de 2018.

No terceiro trimestre, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 6,5 bilhões e gerou receita de R\$37,9 bilhões.

O Ebitda (lucro antes de impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 17,4 bilhões —a operação de minério respondeu por R\$ 15,7 bilhões.

Além de minério de ferro, a Vale produz pelotas de ferro, minério de manganês, carvão, níquel, cobre, cobalto e ouro.

Quando houve o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG), em novembro de 2015, os papéis da mineradora recuaram por quatro pregões consecutivos e acumularam baixa de quase 10%.

À época, o recibo de ação era negociado ao redor de US\$ 4, enquanto a ação ordinária valia R\$ 17. A Vale é uma das acionistas da Samarco.

Desde então, a Vale passou por uma reestruturação societária que trocou ações sem direito a voto por papéis ordinários, processo que resultou na migração da empresa para o Novo Mercado da B3.

Para o pequeno investidor, a recomendação é cautela. Se o acionista da empresa acredita que a Vale irá se recuperar no longo prazo, o ideal é manter a ação para evitar prejuízo.

Mas, se houver comprado a ação a um preço mais baixo e mesmo com a possível queda no começo da semana ainda mantiver ganho expressivo, esse investidor pode decidir vender o papel e realizar lucro.

A estratégia é válida principalmente se o investidor decidir, após o episódio, que não quer ser acionista da empresa no longo prazo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Mundo

Autor: Raquel Landim

Título: Dependente da energia do país vizinho, Roraima teme retaliação

São Paulo- Se o ditador Nicolás Maduro retaliar o governo brasileiro por ter reconhecido Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela, uma parte do Brasil pode ficar às escuras: Roraima.

Além de ver aumentar o número de refugiados, que se tornaram um problema grave na fronteira e na capital Boa Vista, o estado ainda depende da energia elétrica fornecida pela Venezuela. Roraima é o único território brasileiro que não faz parte do Sistema Interligado Nacional.

A construção de um linha com essa finalidade está parada por conta de disputa judicial que envolve reserva indígena. Mais de metade da energia no estado é fornecida pela hidrelétrica de Guri, no norte da Venezuela. O restante vem de termelétricas locais.

Com a falta de manutenção na rede elétrica da Venezuela provocada pela crise econômica, Roraima já vem sofrendo com constantes blecautes, que costumam queimar os eletrodomésticos.

O receio agora é ficar totalmente sem luz ou passar por racionamento se houver retaliação. A situação é preocupante, porque a receita paga por Roraima é pequena para a Venezuela.

O governo brasileiro, ainda na gestão de Michel Temer, iniciou o processo de licitação para a construção de mais uma termelétrica no estado, em uma tentativa de reduzir a dependência. Mas a expectativa é que ainda demore.

Excluindo o risco para Roraima, um possível agravamento da crise na Venezuela não deve ter maiores consequências econômicas para o Brasil. As grandes obras que costumavam ser tocadas por empreiteiras brasileiras estão praticamente abandonadas. No ano passado, o governo venezuelano deu calote de R\$ 1,5 bilhão no BNDES, que financiava os projetos. O rombo teve que ser coberto pelo Tesouro Nacional.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Venezuela, que foi pujante, também quase desapareceu. Em 2008, auge da bonança do petróleo, o Brasil chegou a exportar R\$ 5,1 bilhões para a Venezuela, o que significava 2,6% das vendas totais.

No ano passado, as empresas brasileiras embarcaram apenas R\$ 577 milhões para os venezuelanos, o que representa menos de 0,2% da exportação total.

Para especialistas, vai demorar muito para que esse fluxo de comércio seja restabelecido. Além de um eventual troca de governo, a Venezuela vai precisar se reerguer da profunda recessão e controlar a inflação galopante para voltar a atrair empresas que queiram fazer negócios por lá.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 26/01/2019****Seção: Cotidiano****Autor:****Título: Três anos após Mariana, barragem se rompe em Minas e deixa cerca de 200 desaparecidos**

Sete corpos foram encontrados até as 20h

Presidente da Vale se diz "dilacerado"

Instituto Inhotim é evacuado

BELO HORIZONTE, BRASÍLIA, BRUMADINHO, RIO DE JANEIRO, SALVADOR E SÃO PAULO - Três anos após o maior desastre mundial da história da mineração, em Mariana (MG), o Brasil registrou um novo desastre. Uma barragem se rompeu e pelo menos outra transbordou na sequência, em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte. Cerca de 200 pessoas estão desaparecidas, de acordo com informações do Corpo de Bombeiros.

As instalações pertencem à Vale. Segundo o presidente da empresa, Fabio Schvartsman, o dano ambiental será muito menor que o de Mariana, mas a tragédia humana deverá ser maior.

Os rejeitos de minério de ferro atingiram uma área administrativa da empresa, onde havia cerca de 300 funcionários e colaboradores por volta das 13h, e também uma zona residencial e uma pousada.

Segundo o governo de Minas Gerais, sob gestão Romeu Zema (Novo), sete corpos foram encontrados até as 20h. Nove pessoas foram retiradas com vida da lama e cerca de 100 ilhadas foram resgatadas. De acordo com dados transmitidos pelo representante da Vale ao governador mineiro, havia 427 pessoas no local, das quais 279 foram encontradas vivas.

O rompimento da barragem liberou 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos, que entraram no rio Paraopeba. A estimativa é a de que esse volume represente um quarto do que foi liberado no acidente com a barragem de Fundão, em Mariana, que pertencia à Samarco, empresa controlada pela Vale e pela BHP Billiton.

Na ocasião, em novembro de 2015, 19 pessoas morreram, e milhares foram atingidas pelos estragos do rastro de lama, que contaminou o rio Doce e chegou até o litoral do Espírito Santo, matando animais e prejudicando o abastecimento de água.

Ao longo da tarde desta sexta-feira, familiares de desaparecidos em Brumadinho tentavam buscar informações sobre seus parentes. Marcelo da Silva, 48, foi a um centro de saúde de Belo Horizonte, a cerca de 35km, em busca do irmão.

"Desde que recebi a notícia que a barragem tinha estourado comecei a ligar para ele, mas o telefone só dá fora de área. Tem gente falando que podem existir vítimas com vida, isoladas numa área da empresa", afirmou.

Na pousada Nova Estância Inn, ao menos nove pessoas ficaram desaparecidas, entre os proprietários e funcionários, segundo familiares ouvidos pela Folha.

O estabelecimento era utilizado por turistas que iam à região visitar o Instituto Inhotim, em Brumadinho, que abriga um jardim botânico e um acervo de artes plásticas. O instituto foi evacuado por medida de segurança e ficará fechado pelo menos até domingo.

Moradores de cidades próximas também foram orientados a deixar suas casas. Em Betim, cidade com 433 mil habitantes, a prefeitura disponibilizou caminhões para auxiliar o transporte de residentes do bairro de Citrolândia.

O fornecimento de água para a região metropolitana de Belo Horizonte não deve ser atingido, segundo a Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais). Já a captação no Paraopeba foi interrompida, e cidades atendidas pelo sistema passaram a ser abastecidas por outras represas.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) deverá sobrevoar a região atingida neste sábado (26). Em entrevista, ele afirmou que a tragédia poderia ter sido evitada.

Ele evitou listar culpados, mas disse que caberia à Vale "se antecipar a problemas".

"A administração da Vale do Rio Doce não tem nada a ver com o governo federal. Apenas cabe a nós a fiscalização por parte do Ibama, que é um órgão vinculado ao ministério do Meio Ambiente, e buscar meios para se antecipar a problemas, mas esses meios partem primeiramente da empresa que executa a obra."

A barragem que rompeu nesta sexta não recebia rejeitos desde 2015 e seria descontinuada. Ela obteve em dezembro a licença para o reaproveitamento dos rejeitos dispostos e para seu encerramento de atividades, segundo a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais

O laudo que autorizou o reaproveitamento dos rejeitos e o descomissionamento da barragem é de agosto de 2018.

A estabilidade da barragem tinha sido garantida por um auditor. É um sistema que ajuda prever riscos, mas não resolve, diz o geólogo Jehovah Nogueira Júnior. A barragem de Fundão, da Samarco, também tinha estabilidade garantida.

Como essas instalações de mineração são de grandes dimensões, o estudo de risco de ruptura é feito por análise amostrai, explica o geólogo. "É comum se estudar algumas seções e ter uma que está crítica que não foi escolhida." O método pode falhar em detectar infiltrações em seções não vistoriadas, segundo ele.

O professor de Engenharia de Minas da UFMG Evandro Moraes da Gama afirma que a supervisão das barragens aumentou após o desastre de Mariana, mas ainda é fraca. "Não foi suficiente porque aconteceu outro acidente, com a mesma empresa, a mesma natureza, o mesmo tipo de minério, o mesmo tipo de rejeito."

Segundo relatório da ANA (Agência Nacional de Águas) divulgado no fim do ano passado, com dados de 2017, ao menos 45 barragens do Brasil estão vulneráveis e podem apresentar risco de rompimento. As de Brumadinho não constavam dessa lista.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Presidente da Vale diz que tragédia humana é maior que a de Mariana

Em entrevista após o acidente com as barragens em Brumadinho nesta sexta-feira (25), o presidente da Vale, Fabio Schvarstman, disse estar "dilacerado" e pediu desculpas.

"Não existem palavras que possam explicar a dor que estou sentindo pelo que terá sido causado às vítimas", afirmou. Indagado sobre o que o desastre de Mariana havia ensinado, ele respondeu, segundo o jornal O Globo: "Como vou dizer que a gente aprendeu se acaba de acontecer um acidente desses? O que posso dizer foi o que a gente fez depois do acidente. Viramos todas as barragens do avesso."

Mais tarde, em entrevista coletiva, ele disse que o rejeito vazado no acidente é menos úmido que o de Mariana e, portanto, teria menos capacidade de locomoção pelos rios e encostas da região. "O dano do ponto de vista ambiental é muito menor [que Mariana]. Mas a tragédia humana deve ser maior", disse.

De acordo com o executivo, funcionários ocupavam o refeitório e o prédio administrativo da empresa, que tem três barragens no local, todas com rejeito da produção de minério de ferro, formado principalmente de um material chamado sílica, que seria a terra que é separada do minério durante o processo de extração do produto na mina.

O executivo afirmou que a empresa não sabe ainda o que levou ao rompimento, mas garantiu que a última vistoria no local, que atestou sua segurança, ocorreu no último dia 10. Um laudo de uma empresa alemã, segundo ele, também teria atestado a estabilidade em setembro passado.

A empresa diz não ter informação de que, provavelmente, o sistema de alertas funcionou, mas não houve tempo para os funcionários deixarem o local.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Phillippe Watanabe e Júlia Zaremba

Título: Complexo da barragem teve ampliação 'express' em 2018

Licenciamento ocorreu após potencial de risco ser reduzido sem explicação

São Paulo - A Copam (Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental), da secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais, aprovou em dezembro de 2018 a ampliação das atividades do complexo Paraopeba, que inclui a mina Córrego do Feijão, cuja barragem se rompeu nesta sexta (25).

A aprovação, com licenciamento único e mais rápido, foi obtida, sem explicação, através de uma diminuição do potencial de risco da barragem, segundo pesquisadores.

O caso foi discutido em reunião extraordinária do órgão. Segundo a publicitária Maíra do Nascimento, 32, membro do movimento Águas e Serras de Casa Branca, que trabalha para preservar a biodiversidade da região, o processo foi feito de forma irregular.

O licenciamento deveria ter sido realizado em três fases —licença prévia, instalação e operação—, mas foi feito de uma só vez. "Foi aprovado a toque de caixa, para poderem começar a operar logo", diz.

Membros do movimento pediram vistas do processo, apontando irregularidades, mas não foram atendidos.

Segundo Klemens Laschefski, pesquisador da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), a mina Córrego do Feijão era tida como classe 6, com maior potencial poluidor e, por isso, necessitava um licenciamento ambiental de três fases.

"Quando foi transferido para a Copam, de repente, ele foi ainda anunciado na pauta da reunião como classe 6 e durante a reunião se tornou classe 4, o que significa que pode pular etapas de licenciamento. É um projeto tratado como de menor impacto ambiental", diz Laschefski.

O pesquisador da UFMG diz que a mudança foi justificada pela Suppri (Superintendência de Projetos Prioritários) como erro de digitação.

O rebaixamento de classificação pode ser conferido a partir de documentos presentes no Diário Oficial e nas atas da reunião da Copam. No Diário Oficial de Minas Gerais de 1 de dezembro de 2018, a mina do Córrego do Feijão é tratada como de classe 6. No de 1 de novembro de 2017, a barragem também consta como classe 6. Em documento da Copam, de 1 de dezembro, é tratada como de classe 4.

"Há um processo de desregulação ambiental que tem se acelerado a ponto de este governo [federal] falar em auto-licenciamento das empresas. Um absurdo o estado se eximir de fazer esse controle", diz André e Luisa Zhouri, pesquisadora da UFMG.

Maíra mora no bairro de Casa Branca, em Brumadinho, a cerca de 7 km do Córrego do Feijão. Ela diz que moradores já se organizam para recolher alimentos, água, roupas e colchões para ajudar as vítimas. Uma escola municipal do bairro também está aberta para receber desabrigados. "Era uma tragédia anunciada", diz.

A Folha questionou a secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais sobre o rebaixamento de categoria da mina e a aprovação da licença, mas a nota não responde às perguntas sobre a redução do risco e o licenciamento em apenas uma fase.

A reportagem também procurou a Suppri para comentar o rebaixamento de risco e não obteve resposta.

Itabira, a 160 km de Brumadinho, tem três barragens próximas e, no ano passado, a Vale solicitou a permissão para aumentar a capacidade delas, segundo André Medeiros, presidente do sindicato Metabase, que agrega funcionários da indústria de extrativismo de minério, incluindo os da Vale em Brumadinho.

"Eles começaram a colocar sirenes nos bairros próximos à barragem. E a que rompeu em Brumadinho nem estava na lista da Vale de barragens com potencial de acidentes."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Ana Carolina Amaral

Título: Governos insistem em afrouxar a única vacina contra desastres

OPINIÃO

São Paulo - Existe uma vacina contra desastres ambientais e ela está prevista na Constituição. Chama-se licenciamento ambiental. A tragédia de Mariana mostrou ao país para que ele serve: dar segurança à população, ao entorno e também ao empreendedor.

A repetição da tragédia na mesma região, sob responsabilidade da mesma empresa, indica que a fiscalização continuou precária. A falta de investimentos e de recursos técnicos para os órgãos ambientais não apontam melhora.

Ao mesmo tempo, nos três anos que separam os desastres de Brumadinho e Mariana, o Congresso Nacional tramitou pelo menos quatro propostas de flexibilização do licenciamento ambiental, motivado por lobbies da indústria.

Uma delas ganhou o apelido de PEC da Samarco por ter chegado ao plenário do Senado apenas seis meses após a tragédia de Mariana. Segundo a proposta de emenda à Constituição, a apresentação de um estudo de impacto ambiental já seria suficiente para se autorizar a execução de uma obra — independentemente dos resultados do estudo.

Outro projeto de lei, do então senador Romero Jucá (MDB-RR), pedia facilitação do licenciamento de obras consideradas estratégicas para o país. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também elaborou sua proposta para flexibilização do licenciamento, como a Folha revelou.

A articulação que mais avançou foi a da Lei Geral de Licenciamento Ambiental (PL 3729/2004). Apelidada de "licenciamento flex", a proposta dispensava o agronegócio do processo e previa o licenciamento automático para obras de baixo impacto ambiental, o que não inclui o setor da mineração. Arquivados no fim da legislatura, os projetos podem ser recuperados para tramitação no Congresso a partir de fevereiro.

O entendimento do atual ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, porém, é mais preocupante do que a proposta do Congresso. Há duas semanas, ele defendeu em reunião com o Secovi (Sindicato da Habitação) em São Paulo que o licenciamento de obras também poderia ser obtido com uma "autodeclaração" de conformidade com a lei, com fiscalização posterior.

O ministro já havia proposto a autodeclaração como documento equivalente à licença quando foi secretário estadual de meio ambiente em São Paulo. Em outubro de 2016, chegou a encomendar à Cetesb a revisão do decreto que versa sobre o tema e propôs que o próprio empreendedor ateste pela internet, na página da Cetesb, que leu e se compromete com os termos. Segundo ele, a autodeclaração conta com "a presunção da boa fé".

Entender o licenciamento como prevenção de desastres é o primeiro passo para levar a sério o processo, que é de interesse público e também deveria ser dos que empreendem e investem. Desafiado a dar uma resposta mais firme para Brumadinho do que houve para Mariana, o novo governo deverá compreender que a presunção de boa fé sem a vacina do licenciamento é apenas falta de cautela.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Parentes de desaparecidos fazem ronda em hospitais

Famíliares reclamam de falta de informações passadas pela mineradora Vale

BELO HORIZONTE, RECIFE, RIO, SALVADOR SÃO PAULO - Logo após as primeiras notícias do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, na Grande Belo Horizonte, familiares de funcionários da mineradora e de moradores locais começaram uma ronda por hospitais em busca de informações sem hora para acabar.

Até a noite desta sexta-feira (25), sete mortes haviam sido confirmadas pela Prefeitura de Brumadinho.

Durante a tarde, o técnico em mecânica Marcos de Paula Rodrigues, 47, rezava para que seu filho, o engenheiro de produção Bruno Rocha Rodrigues, 26, não fosse um deles.

Marcos esteve no local da tragédia, mas não conseguiu nenhuma notícia sobre o filho.

Bruno estava havia dois anos na empresa e trabalhava numa sala ao lado do refeitório, uma das áreas atingidas pela lama. Marcos falou com o filho às 9h15 por um aplicativo de mensagens. Desde o rompimento da barragem, o celular de Bruno está desligado.

"Estou destruído. Peço a Deus que numa hora dessas, pegue na mão do meu filho e diga que ele não vai morrer."

A família de Fauller Douglas da Silva, 28, foi outra a percorrer os hospitais de Belo Horizonte. Sem qualquer tipo de notícia, os parentes foram a Brumadinho na tentativa de encontrá-lo. Fauller trabalha há dois anos na barragem da Vale como soldador.

O último contato que fez com a família foi às 12h20 desta sexta-feira por meio de um aplicativo de mensagens. Após o rompimento da barragem, a família tentou falar com ele, mas o celular estava desligado.

"Nós não sabemos ainda se ele estava no refeitório no momento do rompimento. Mas temos certeza de que vamos encontrá-lo com vida", diz a auxiliar administrativa, Isabela Pimentel, 22, prima de Fauller.

Já Maria da Glória foi ao Hospital João 23, em Belo Horizonte, atrás de informações sobre o seu filho, Hebert Vilhena Santos. "Deus está no controle. Confio que vou encontrar meu filho com vida", disse, muito emocionada.

Segundo ela, uma pessoa da Vale entrou em contato para avisar que seu filho estava no local do acidente.

Sem mais notícias, já que o telefone estava sem sinal, ela resolveu ir para o hospital à procura de informações.

Hebert presta serviço para a Vale na área de tecnologia da informação. Casado, ele tem um filho de 10 anos.

Em Brumadinho, um grupo de cerca de 35 pessoas buscava por parentes e amigos desaparecidos durante a tarde.

As famílias foram orientadas a concentrarem-se em uma quadra coberta no centro da cidade, ao lado do imóvel onde a Vale montou o seu escritório de crise.

Numa área ao lado da quadra, equipes da Vale e dos Bombeiros recolhiam nomes de possíveis desaparecidos.

A aposentada Efigênia Oliveira da Silva, com suas duas netas, buscava informações de um casal de amigos que moravam nas proximidades do Córrego do Feijão com duas filhas pequenas.

"Nos disseram para vir para cá, mas não nos dão nenhuma informação. Estamos aqui desesperados por alguma notícia, mas não nos dizem nada", afirmou a aposentada.

Efigênia estava em um grupo de vizinhos, com dez pessoas, que buscavam por pelo menos 13 desaparecidos.

O biólogo Luiz Guilherme Fraga e Silva, 27, se salvou "por uns 30 segundos" de ser levado pelos rejeitos. Mineiro de Belo Horizonte, ele fazia um trabalho de campo em Brumadinho, tirando fotos da comunidade, quando viu um tsunami de lama vindo em direção à ponte onde estava.

"Saiu varrendo tudo e eu fui correndo para um trevo próximo. Vi todo mundo saindo gritando das casas e a lama levando os fios de postes de luz, tudo caindo", conta.

A região toda próxima às barragens da Vale em Brumadinho tem em torno de mil moradores.

Entre os sobreviventes, a empresária mineira Natália Farina, 30, estava trabalhando no centro da cidade no momento em que as águas varreram as casas.

Ela diz que não houve alerta antes do rompimento por lá, e que a lama continuou descendo, enquanto a população buscava abrigo em partes altas da cidade.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Silas Marti

Título: Inhotim sai ileso, mas obras preveem tragédia

ANÁLISE

Um dos pavilhões mais populares do mastodôntico Instituto Inhotim é uma redoma de vidro construída por Doug Aitken em torno de um buraco de 200 metros de profundidade cavado na terra vermelha da mineira Brumadinho.

O artista americano plantou microfones ao longo da descida, e o som dos lençóis freáticos e outros ruídos das entranhas do solo reverberam dentro de sua instalação para o espanto dos visitantes.

Delírio do magnata da mineração Bernardo Paz, o museu de arte contemporânea está entre os maiores do mundo. Fora o tamanho, nada se assemelha ao acervo reunido ali, obras de nomes badaladíssimos no circuito global abrigados em arrojados pavilhões criados por arquitetos idem. Tudo emoldurado pela mata exuberante domada de acordo com os desenhos do modernista Burle Marx.

Lá, além da obra de Aitken, estão peças monumentais de Adriana Varejão, Claudia Andujar, Cildo Meireles, Chris Burden, Hélio Oiticica, Lygia Pape, Matthew Barney, Miguel Rio Branco, Olafur Eliasson, Rirkrit Tiravanija, Tunga e muitos outros incontornáveis em qualquer livro de história da arte da atualidade.

O tesouro visual — com valor estimado em R\$ 5,7 bilhões—reunido nessa Disneylândia tropical para nerds estetas não sofreu nenhum arranhão com o rompimento da barragem da Vale, e pareceria indelicado falar de arte numa hora em que mais de 200 pessoas estão desaparecidas.

Mas é sintomático que o impacto ambiental da mineração, assunto de muitas das obras no acervo do museu, agora cause tanto estrago nos seus arredores, um perigo que bate à porta e interdita o escapismo lúdico daquelas peças —por precaução, o museu foi esvaziado às pressas depois do incidente com a barragem.

Quando estive em Brumadinho para construir sua instalação, Aitken ficou impressionado com as fendas abertas na terra por uma mina do lado de fora do parque. Paz, o dono do Inhotim, fez sua fortuna explorando essa mesma indústria e financiou a construção de peças faraônicas que enquadravam a violência contra o meio ambiente.

Outras das obras mais marcantes do museu não desviam do tom de ferrugem do solo mineiro. Essas cores aparecem, por exemplo, nas imensas vigas de aço oxidado fincadas numa poça de concreto por Chris Burden e mancha as rodas do trator que sustenta uma árvore esbranquiçada no pavilhão de Matthew Barney.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 26/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Andreza Matais****Título: » Oi, sumida.**

Coluna do Estadão

Conhecida liderança ambiental, Marina Silva não deve ir para Brumadinho. A justificativa é a mesma do desastre de Mariana: não quer parecer oportunista. A decisão de não visitar o rompimento da barragem de 2016 a persegue até hoje. Os críticos a acusam de omissão.

» Tragédia. Apesar disso, a ex-ministra se posicionou rapidamente nas redes sociais e combinou com o senador Randolfe Rodrigues de apresentar um projeto para tornar esse tipo de crime hediondo.

COM NAIRA TRINDADE, JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA. COLABOROU FAUSTO MACEDO

PRONTO, FALEI!

Moreira Franco - Ex-ministro de Minas e Energia

"Rompimento de barragem é consequência de negligência, ganância e desrespeito às leis ambientais. É crime", sobre o acidente na barragem de Brumadinho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 26/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Adriane Fernandes****Título: Investidores querem saber mais**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deixou o Fórum Econômico Mundial, na cidade de Davos, bastante aplaudido pela comunidade financeira. Com fala muito bem articulada, entusiasmada e estilo quase professoral, Guedes é considerado um craque na capacidade de empolgar a plateia. Pelo menos para ele, foi altamente positivo o resultado de dezenas de reuniões que teve ao longo dos três dias em que ficou nos alpes suíços com a missão de desfazer a péssima imagem que foi transmitida durante a campanha sobre o governo Jair Bolsonaro para os investidores estrangeiros. Animada com o discurso do

ministro, a Bolsa brasileira bateu recordes seguidos e o dólar caiu. Ponto para a comitiva.

A empolgação dos investidores estrangeiros e brasileiros em Davos esbarrou, porém, na falta de informações detalhadas não só da proposta de reforma da Previdência que o presidente vai receber da área técnica, como também das privatizações que o governo pretende fazer. Nos bastidores, na verdade, o que se viu foi mesmo certa frustração. Guedes só reforçou os pontos que já eram mais do que conhecidos no Brasil.

Havia, sim, a expectativa de que, depois do período de transição e quase um mês de governo, fossem divulgados os nomes das primeiras empresas que serão privatizadas e, é claro, algum cronograma, mesmo que prévio, de venda. Os investidores estavam especialmente interessados nas privatizações da Caixa e de ativos da Petrobrás. Guedes chegou a dizer em entrevista que conseguirá US\$ 20 bilhões de privatizações e cortar R\$ 10 bilhões com subsídios até o final do ano. Falou sem especificar nada. É uma meta muito difícil de ser cumprida devido ao processo sempre longo no Brasil de venda dos ativos, tradicionalmente recheado de impasses técnicos e jurídicos.

Desde maio de 2016, a União arrecadou R\$ 46,4 bilhões em bônus de outorga (pagamento pelo direito de explorar um bem público) de concessões e privatizações, segundo dados do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Em 30 meses, o governo do ex-presidente Michel Temer concluiu 124 projetos nas áreas de energia, rodovias, aeroportos, portos, óleo e gás. A área de petróleo foi a que mais trouxe recursos para o governo. O mais provável é que tenha incluído na lista o leilão dos barris excedentes da cessão onerosa do pré-sal e a privatização da Eletrobrás. Sem a venda desses ativos, a conta não fecha.

Com a reforma da Previdência, as dúvidas dos investidores são ainda maiores. E a resposta do governo em Davos não passou de frases de efeito, mas que já começam a gerar impaciência, como a dita por Bolsonaro de que a reforma é imprescindível. O ponto de maior incerteza, como mostrou reportagem do Estadão/ Broadcast é com a capacidade de o Congresso aprovar uma proposta mais dura com grande impacto na redução das despesas do governo federal e dos Estados nos próximos 10 anos.

As sinalizações dadas por Guedes de que a economia obtida com a reforma pode chegar de "R\$ 700 bilhões a R\$ 1,3 trilhão com um poderoso efeito fiscal" são uma prova de como o ministro preferiu não se comprometer com muita coisa em relação à proposta que está sendo finalizada pela área técnica. Um esboço foi entregue a Bolsonaro antes da viagem. Por trás das previsões do ministro, cabe uma variação gigantesca de itens que podem ser incluídos ou não

no texto final que será apresentado em plenário em fevereiro, de acordo com a previsão do secretário de Previdência, Rogério Marinho.

Foi um erro do governo não ter avançado com um discurso mais forte em torno da reforma em Davos. Apesar da justificativa dos assessores de Bolsonaro de que o Fórum não era o local apropriado, o governo poderia traçar as linhas gerais da proposta no evento. Era necessário. A impressão que ficou foi a de que o governo está longe de chegar a um acordo em relação ao texto a ser entregue ao Congresso, principalmente em relação à inclusão dos militares na proposta. Agora, na volta ao Brasil, é correr para buscar esse tal de consenso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes ENVIADA ESPECIAL / DAVOS

Título: Sem concessões, Orçamento pode sofrer bloqueio de recursos

Além de incertezas com a Eletrobrás, há riscos de perdas de receitas com royalties e arrecadação menor com a Previdência

Apesar da promessa do ministro da Economia, Paulo Guedes, de zerar o déficit das contas públicas até o fim do ano, a primeira revisão do Orçamento de Jair Bolsonaro deverá ser ruim para o governo. A equipe econômica corre para garantir aumento de receitas com dividendos e ampliar a arrecadação com concessões e evitar um problema maior logo no início do governo. No momento, há risco de bloqueio de recursos para ministérios e outros órgãos.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, o **Ministério de Minas e Energia** não quer formalizar em documento a receita de R\$ 12 bilhões estimada com a venda da Eletrobrás. A necessidade de formalização por meio de uma nota técnica é uma exigência do Tribunal de Contas da União (TCU). Fontes informaram que o MME resiste a prever essa receita no relatório porque sabe que o risco é grande de ela não acontecer.

O sinal de alerta dos problemas foi disparado aos integrantes da equipe. As perdas maiores apontadas na primeira revisão do Orçamento vêm, além de Eletrobrás, de receitas de royalties e arrecadação menor com a Previdência Social.

A procura por mais receitas de concessões e privatizações fez parte da estratégia de reuniões de Guedes em Davos. Também mobiliza outras áreas do governo. Como mostrou o Estadão/Broadcast, o Ministério da Economia pediu às agências reguladoras informações sobre projeções de receitas de concessões para este ano nas áreas de petróleo, mineração e energia. Já o Programa de

Parceria de Investimentos (PPI) enviará aos ministérios que têm estatais os planos que incluem privatização, liquidação e extinção.

Guedes sinalizou em Davos, nos Alpes suíços, onde participou do Fórum Econômico Mundial, que tenta fechar as contas com US\$ 20 bilhões em privatizações e concessões e cortes de R\$ 10 bilhões em subsídios. Ele prometeu zerar o déficit previsto de até R\$ 139 bilhões.

Caixa. As áreas de maior interesse dos investidores em Davos nas conversas com investidores foram a possibilidade de IPOs de alguns negócios da Caixa Econômica Federal, principalmente a área de seguros, para destravar "valor" e reforçar o caixa do governo, e a venda de ativos da Petrobrás, segundo uma fonte. Já a privatização da Eletrobrás, embora não tenha perdido força, não foi pauta da agenda de Davos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Rompimento de barragem deixa mortos e desaparecidos em MG

Ao menos 150 pessoas não haviam sido localizadas, segundo governo mineiro; depósito da mineradora Vale acumulava 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos quando se rompeu em Brumadinho

Uma barragem da mina Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, se rompeu na tarde de ontem, atingindo a área administrativa da empresa e a comunidade da Vila Ferteco. O rompimento, que fez o País lembrar da tragédia em Mariana, ocorrida em 2015, pode resultar em perdas humanas ainda maiores. Os dados ainda são divergentes, mas, segundo o governo de Minas, há sete mortos e cerca de 150 pessoas desaparecidas; outras 100 teriam sido resgatadas.

Bombeiros socorreram cinco feridos a hospitais da região. E os números devem aumentar. "Muito provavelmente iremos resgatar somente corpos", disse o governador mineiro, Romeu Zema (Novo). Construída em 1976, a barragem 1 da Vale acumulava 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério e não recebia material havia três anos. As causas do desastre serão investigadas, mas o Estado já determinou a suspensão imediata das atividades da Vale.

Nas ruas de Brumadinho, o desespero estava no rosto dos moradores. Parte deles teve de deixar suas casas, parte saiu em busca de informações sobre familiares e amigos. Ao lado do desespero, houve também solidariedade: vizinhos abriram suas casas e muitos se ofereceram como voluntários no

socorro às vítimas. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, admitiu que o dano ambiental deve ser menor que o de Mariana, mas o humano, maior.

"Os mais afetados serão os nossos funcionários", afirmou, citando que a barragem fica em uma zona com baixa densidade populacional. Ontem, as ações da Vale negociadas nos EUA caíram cerca de 10%. Logo após o rompimento, o presidente Jair Bolsonaro lamentou a tragédia e mandou ministros para Brumadinho. O governo federal organizou um gabinete para acompanhar a crise e determinou o imediato envio de tropas militares de Juiz de Fora para a região atingida. O presidente deve sobrevoar a região hoje de manhã.

Três anos depois de a barragem da Samarco se romper e destruir o distrito de Bento Rodrigues, em Minas, a Lei de Segurança das Barragens, que endureceria a fiscalização e a punição, segue no papel. Para o promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneghin, que atuou no caso, o novo rompimento está longe de ser uma surpresa e não se pode falar em acidente: "Esse modelo está sujeito ao desastre".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Mar de lama encobre operários e pousada

Moradores tiveram de abandonar casas; sirene de alerta não tocou, segundo relatos

BELO HORIZONTE

As ruas de Brumadinho – a pequena cidade ao lado de Belo Horizonte, mais conhecida por abrigar o Instituto Inhotim – foram tomadas pelo desespero. Parte dos moradores teve de deixar suas casas por causa do avanço da lama, vinda do rompimento da barragem da Vale; outros corriam atrás de notícias sobre parentes e amigos desaparecidos, em meio a boatos de todos os tipos. Uma pousada foi destruída pela onda de lama, segundo os bombeiros. E relatos indicam que as sirenes de alerta da mina não funcionaram na hora do acidente.

"Foi tudo muito rápido. Momento de pânico, pessoas assustadas. Parecia cena de filme. Se pudesse já teria ido embora daqui. Isso vai ser um inferno", disse Maria Aparecida dos Santos, emocionada. "Há poucos meses, técnicos estiveram aqui na cidade para passar instruções da sirene. Falaram que, em caso de emergência, iria tocar. Mas não foi bem assim." Presidente da Vale, Fabio Schvartsman disse à imprensa no Rio que não sabia "se sirene funcionou".

No centro da cidade, a mineradora montou um gabinete de crise, que tinha filas por informações. "Estamos agoniados", contou a dona de casa Márcia Oliveira, que esperava ontem à tarde informações sobre o irmão e sobrinhos. "Disseram pra gente vir para cá, mas não falam nada." Equipes recolhiam nomes de desaparecidos.

Segundo o governo de Minas, haviam sido confirmados até ontem à noite 7 mortos e 150 desaparecidos. Outros 100 teriam sido resgatados com vida. Os dados da Vale são diferentes: das 300 pessoas trabalhando no local, cerca de 100 foram localizadas – a empresa não fala em desaparecidos. Boa parte desses trabalhadores estava no refeitório.

O município ficou inteiramente mobilizado. Gerilda Dalabrida, de 60 anos, cedeu espaço do seu restaurante para desabrigados. "A cidade está um pandemônio", disse. "Estamos seguros porque não estamos perto do rio." A lama não chegou ao centro – a área mais atingida foi o povoado da Vila Ferteco.

Segundo o tenente Pedro Aihara, dos Bombeiros, uma pousada com 38 pessoas – entre hóspedes e funcionários – desapareceu sob a lama. "A área da pousada, que costumava receber muitos hóspedes, incluindo famosos, foi varrida pela força dos rejeitos." Ontem, a família não sabia o paradeiro de Márcio Mascarenhas, dono do local. "Estamos em busca de informações do meu tio, mas ainda não há pistas. Um pesadelo", disse o sobrinho Plínio.

Nas redes sociais, se espalhavam publicações sobre desaparecidos – principalmente os cerca de 300 funcionários, que estavam na mina e no refeitório da Vale na hora da tragédia. Em Brumadinho, havia relatos de dificuldade de comunicação. "Estamos aflitas. Escuto o rádio e não sabemos da minha irmã", disse ao Estado ontem à noite a jovem Pâmela Silva.

A prefeitura pediu aos moradores que evitassem o leito do Paraopeba, rio que passa pela região e ameaçado pelo fluxo de lama. Até o início da noite de ontem, os Bombeiros não confirmavam que os rejeitos tivessem atingido o curso de água.

A seis km do local, o campo de futebol de uma faculdade foi usado por helicópteros dos Bombeiros e da polícia. Em um galpão ao lado, foi montada estrutura para atendimento médico de emergência. "No local (do acidente) teremos só uma estrutura emergencial, já que lá falta água, energia e o acesso é complicado", diz o major Santiago, da PM.

Imagens da TV mostraram resgatados com vida, cobertos de lama. Cinco feridos foram para o Hospital João XXIII, unidade de referência da capital e mais oito

hospitais da Grande BH foram acionadas em caráter de emergência. Na quadra onde estavam as famílias será montado um abrigo temporário.

Região. Na cidade vizinha, Mário Campos, PMs orientaram moradores de três bairros a deixarem suas casas, pela proximidade com o Paraopeba. Ao menos outros quatro municípios – Juatuba, Betim, Pará de Minas e São Joaquim de Bicas – estão em alerta. A Companhia de Saneamento de Minas (Copasa) assegurou que o abastecimento de água na Grande BH./ JÚLIA MARQUES, LUAN SANTOS e MARCELO FARIA, ESPECIAIS PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Marco Antônio Carvalho Victor Vieira

Título: Vale conseguiu, em dezembro, aval para ampliar exploração

Após acidente, Secretaria de Meio Ambiente de Minas determinou a suspensão imediata das atividades na região

A área da barragem que rompeu ontem estava prestes a ver uma intensificação na atividade de exploração mineral de ferro. A Vale pediu e o Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas (Semad), aprovou, em dezembro, a licença para que a empresa ampliasse a capacidade produtiva da Mina de Jangada e da Mina Córrego do Feijão, das atuais 10,6 milhões de toneladas de ferro por ano para 17 milhões t/ano.

Ontem, a Semad determinou a suspensão imediata das atividades da Vale no local. A votação no Copam só teve um voto contrário entre os nove conselheiros. Mas ambientalistas apontam uma série de problemas na análise do projeto, como falta de um mapeamento detalhado dos impactos do novo empreendimento principalmente na bacia hidrográfica do Paraopeba, cujas águas complementam o abastecimento da capital Belo Horizonte e de cerca de 50 cidades.

A tramitação do pedido se beneficiou de uma mudança em uma deliberação normativa que reduziu as exigências para intervenções de grande potencial poluidor e degradante. O único voto contrário à aprovação partiu da ambientalista Maria Teresa Corujo, a Teca. Segundo ela, a análise do pedido de ampliação das atividades na mina da Vale foi feito às pressas.

"Não foi apresentado um balanço hídrico completo, de quais seriam os reais impactos nas águas do local e do entorno." Segundo parecer da

Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri), da Semad, a Vale buscava licença para expansão das minas desde agosto de 2015, quando formalizou o processo administrativo. A ata da 37.ª reunião mostra a justificativa para o voto contrário de Teca. "É muito violento continuar testemunhando essa situação de irresponsabilidade, de insanidade em decisões ambientais. Eu quero registrar novamente que esteja tudo transcrito na ata, porque é um instrumento muito importante para alguma coisa no futuro", disse.

A Vale disse não ter detectado nenhum indicativo de rompimento. A Semad disse que a licença autorizou o descomissionamento da barragem, ou seja, a retirada do material depositado e posterior recuperação ambiental. A secretaria disse ainda que a competência para fiscalização é da Agência Nacional de Mineração (ANM). A ANM considerava a estrutura como sendo de baixo risco. A categoria refere-se à possibilidade de haver algum desastre. Por outro lado, o dano potencial era classificado como alto.

Suspensão. Além de suspender da Vale no local, a Semad determinou abertura imediata de um canal onde houve acúmulo de sedimentos que interrompem o fluxo natural do curso d'água./ COLABOROU ANDRÉ BORGES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Inhotim retira mil visitantes e fecha

O Instituto Inhotim retirou ontem mais de mil pessoas às pressas, com medo de que a lama proveniente da ruptura da barragem da Vale invadissem o parque, o que não ocorreu até as 23 horas. Em solidariedade às vítimas, a instituição, informou que não funcionará no fim de semana e que voltará a se manifestar sobre a reabertura.

O jardim e museu de arte a céu aberto é a maior atração turística de Brumadinho, de 38 mil habitantes. Reúne obras dos mais importantes artistas contemporâneos, brasileiros e estrangeiros. Com cerca de 600 funcionários, recebe aproximadamente mil visitantes por dia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Roberta Jansen / RIO

Título: Após Mariana, legislação não avançou no controle das barragens

Só em Minas Gerais há pelo menos 400 barragens de rejeitos, sendo que 37 delas sem garantias de estabilidade estrutural

Após a tragédia de Mariana, que em 5 de novembro de 2015 deixou 19 mortos na cidade mineira, um grupo de especialistas e ambientalistas mineiros tenta, sem sucesso na Assembleia de Minas, a aprovação da Lei de Segurança das Barragens, que endurece a fiscalização e a punição às empresas envolvidas no despejo de rejeitos de mineração. Só em Minas Gerais, há pelo menos 400 barragens de rejeitos, sendo que 37 delas sem garantias de estabilidade e que apresentam risco, segundo a Associação dos Observadores do Meio Ambiente de Minas Gerais – uma ONG que acompanha os avanços da legislação sobre o tema.

"Entre idas e vindas, não conseguimos avançar com a Lei de Segurança das Barragens que ficou para a próxima legislatura", explicou Leonardo Ivo, presidente da associação e especialista em gestão ambiental.

Passados três anos da tragédia que espalhou um rastro de 650 quilômetros de destruição, apenas um dos três projetos de lei apresentados pela Comissão Extraordinária de Barragens da assembleia mineira foi aprovado. O único projeto já convertido em lei é o que traz novas regras para a aplicação da Taxa Estadual de Fiscalização dos Recursos Minerários.

O advogado Marcellus Ferreira Pinto, consultor da Unido, agência de Desenvolvimento Industrial da ONU, diz que se reuniu com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) no fim de 2016, alertou sobre os riscos de rompimento de barragens e propôs fiscalizar as estruturas de forma independentes e autônoma. "Mas esse assunto no Brasil não foi à frente", afirmou.

De acordo com a ONG, a maioria das plantas de exploração no Estado conta com barragens de resíduos chamadas de "a montante", ou seja, em que os resíduos resultantes da exploração do minério são acumulados em várias camadas que vão se empilhando ao longo do tempo. Existem tecnologias mais modernas para o tratamento dos resíduos, mas elas são mais caras.

O promotor Guilherme de Sá Meneghin, que atuou no caso do rompimento da barragem de Mariana, afirmou que o novo rompimento está longe de ser uma surpresa. "Precisamos ter outro tipo de disposição de rejeitos de minérios. Mas as mineradoras brasileiras preferem utilizar a mais barata, a mais lucrativa, a que é mais arriscada", disse.

Três comunidades – Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira – foram inteiramente destruídas. De acordo com o Ibama, foi o maior desastre ambiental já ocorrido no Brasil.

Professor de engenharia geotécnica da Coppe/UFRJ, Maurício Ehrlich explica que esse tipo de barragem é construída em vales, e afirma que o método não é usado apenas no Brasil e tampouco é ilegal, mas é considerado de maior risco. "É mais difícil de controlar, mais sujeito a surpresas, justamente porque se construir por cima dos rejeitos não é tão consolidado."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Andréa Zhouri

Título: Lição do desastre não foi aprendida

ANÁLISE

A exploração mineral desenvolvida de forma irracional e sem o devido cuidado com a população e o meio ambiente nos coloca em um contexto equivalente ao que víamos antes da Rio 92, com desmanche do arcabouço ambiental construído nas últimas três décadas. O Estado se exime do controle, deixando a tarefa para as empresas, para que elas próprias se monitorem. Depois do que houve em Mariana, nos mobilizamos e propusemos mais rigor na fiscalização, mas isso não foi acatado pela Assembleia de Minas. Os deputados afrouxaram as regras de licenciamento e, em vez de aprimorar normas, foi o contrário. E isso está flagrante após mais um desastre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Daniel Weterman Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Título: Bolsonaro cria gabinete de crise e vai a Brumadinho

Presidente sobrevoará a região atingida, acompanhado de alguns ministros, e avisa que sua gestão não pode ser culpada pelo episódio

O presidente Jair Bolsonaro lamentou ontem o rompimento da barragem em Brumadinho (MG) e determinou a formação de um gabinete de crise para informar o Palácio do Planalto e acompanhar as medidas adotadas para "minorar os danos" na região. Ele sobrevoará a região na manhã de hoje, acompanhado de alguns ministros e da primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

O presidente pretende retornar a Brasília no mesmo dia para que, amanhã, viaje a São Paulo, onde ficará internado para a cirurgia de retirada da bolsa de colostomia. "Sobrevoaremos a região para que possamos tomar todas as medidas cabíveis para minorar o sofrimento de familiares de possíveis vítimas, bem como a questão ambiental", afirmou o presidente.

O porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, informou que a prioridade é o socorro e a assistência à população afetada. O governo promete ainda oferecer "todas as possibilidades" de apoio a Minas Gerais e aos órgãos envolvidos. Bolsonaro relatou que recebeu no início da tarde de ontem a "triste notícia sobre o ocorrido" e que de imediato determinou o deslocamento de tropas militares de Juiz de Fora (MG) para a região atingida.

Os ministros de Meio Ambiente, Ricardo Salles, de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, foram enviados ao local. Já o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, destacou a agilidade de reação ao desastre e afirmou que o governo não pode ser responsabilizado pelo caso. "Essa conta não pode vir para a gente. Não pode vir para o nosso governo porque nós assumimos faz 30 dias", afirmou, ao ser questionado se o País não havia aprendido nada com o rompimento da barragem de Mariana, ocorrida em novembro de 2015.

"O governo já agiu com uma grande velocidade. Criou o gabinete de crise, despachou três ministros responsáveis pela área para lá. Tudo aquilo que está ao nosso alcance está sendo feito. Agora, a primeira coisa é socorrer as pessoas que estão desabrigadas, tentar buscar os desaparecidos e depois ver a apuração das responsabilidades", declarou. Em entrevista à rádio Regional de Brumadinho, Bolsonaro lembrou que o acidente de Mariana deveria ter servido de alerta para evitar o rompimento de outras barragens.

"Acionamos o gabinete chamado de crise em Brasília, ficaremos antenados aí 24 horas por dia para prestar informações à população, para colher informações também, de modo que possamos minimizar mais essa tragédia depois de Mariana, que a gente esperava que não tivesse uma outra, até por uma questão de servir de alerta aquela", disse. Ele também afastou a responsabilidade do governo no ocorrido. "Não quero começar a culpar os outros pelo que está acontecendo, mas algo está sendo feito errado ao longo dos tempos."

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto Santos Cruz, classificou como "lastimável" o rompimento da barragem. "Mais uma na mesma região", lamentou o ministro.

Gabinete de crise. A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, acionou equipes ontem para

acompanhar a situação. O secretário nacional de Proteção e Defesa Civil, Alexandre Lucas Alves, e o diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, Armin Augusto Braun, foram a Brumadinho.

As Forças Armadas também foram acionadas para auxiliar na busca de vítimas e na ação de socorro para a população atingida, com a preparação de abrigos e atendimento aos prejudicados. Três helicópteros de médio porte, sendo um Marinha, um do Exército e outro da Aeronáutica, foram preparados para atuar nas operações de transporte, busca e resgate.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges

Título: Furnas paralisa duas turbinas

A estatal Furnas, do grupo Eletrobrás, informou que paralisou operações das duas turbinas da hidrelétrica Retiro Baixo, que funciona no Rio Paraopeba, afluente do São Francisco, em Minas. A medida é para evitar que o rejeito da barragem de Brumadinho comprometa sua estrutura. A concessionária Retiro Baixo Energética, formada por Furnas (49%), Cemig (49,9%) e Orteng (1,1%), declarou também que já tomou providências para conter a lama.

"Foi interrompida a operação da usina, realizados testes de vertedouro e fechadas as tomadas de água para preservar os equipamentos." A Agência Nacional de Águas (ANA) informou que a barragem "possibilitará amortecimento da onda de rejeito" e que a lama deverá atingir a usina entre três ou quatro dias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Denise Luna / RIO

Título: 'Dano humano será maior', diz Vale

Presidente da empresa compara acidente de Brumadinho com o de Mariana, em 2015; ações da companhia caíram nos Estados Unidos

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, declarou ontem que a perda humana em decorrência do rompimento de barragem da empresa em Brumadinho será maior do que a registrada em Mariana, há pouco mais de três anos. "Desta vez o dano ambiental será muito menor do que em Mariana, mas o humano será maior", disse Schvartsman, que pediu desculpas pela tragédia.

Quando assumiu a presidência, em 2017, ele disse que seu lema seria "Mariana nunca mais". A barragem do Fundão, que se rompeu em novembro de 2015, era gerida pela Samarco, parceria da Vale com a companhia australiana BHP. Segundo Schvartsman, cerca de 300 empregados da Vale estavam no prédio administrativo e no restaurante da Mina do Córrego do Feijão quando a barragem de rejeitos se rompeu e 100 foram localizados – a empresa não fala em desaparecidos.

"Os mais afetados serão os nossos funcionários", lamentou Schvartsman, lembrando que a barragem que rompeu fica em uma zona rural, com baixa densidade populacional. O Complexo de Paraopeba, onde estava localizada a barragem, conta com quatro minas de minério de ferro, uma jazida e duas usinas de beneficiamento.

O complexo produziu cerca de 7% do total gerado pela Vale em 2017 – 26 milhões de toneladas de minério, segundo informações do site da empresa. Dizendo-se "dilacerado" pela tragédia, o executivo informou que a barragem que se rompeu, a barragem 1, estava inativa e em processo de desativação. Ele afirmou que uma auditoria realizada no ano passado não detectou nenhum problema que pudesse indicar a possibilidade de rompimento. "O último relatório da auditoria foi feito em 26 de setembro de 2018", informou, referindo-se à auditoria da empresa alemã Tuv Sud.

De acordo com ele, uma segunda barragem também teria vazado, mas não provocou danos como a primeira, por ter um material mais seco em sua estrutura. O presidente informou que o motivo do rompimento ainda sendo investigado pela empresa e disse que a Vale vai fazer de tudo para minimizar os danos causados, atendendo às vítimas e seus familiares.

Bolsa. A ações da Vale negociadas ontem nos Estados Unidos caíram ontem. A companhia foi a empresa mais negociada na Bolsa de Valores de Nova York, considerando todos os papéis listados. Foi registrado volume de 141 milhões de negócios, com recuo perto de 10%. Por causa do feriado, a Bolsa de São Paulo não operou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: 73% das barragens não foram fiscalizadas

É o que aponta relatório da Agência Nacional de Mineração publicado no ano passado com dados de 790 estruturas

BRASÍLIA

Mesmo após o desastre da barragem de Mariana, o Brasil mantém uma estrutura precária de fiscalização de suas barragens. Dados do Relatório de Segurança de Barragens de 2017, publicado no ano passado, apontam que Agência Nacional de Mineração (ANM) é responsável pela fiscalização de 790 barragens de rejeito pelo País. O trabalho de fiscalização, porém, limitou-se a apenas 211 vistorias ocorridas em 2017, o que equivale a 27% dessas instalações.

O estudo divulgado pela Agência Nacional de Águas (ANA) compila informações de todos os órgãos responsáveis por barragens. As estruturas ligadas à área mineração estão sob a tutela da ANM, que repassa relatórios sobre suas barragens à ANA. O levantamento de 2017 traz uma lista de 45 barragens que, segundo 13 órgãos de controle, teriam situação preocupante, "por possuírem algum comprometimento importante que impacte a sua segurança".

A barragem de Brumadinho, da Vale, não aparece na relação nem mesmo é citada no relatório. Entre os 45 empreendimentos com problemas estruturais, a ANM apresenta cinco barragens, todas em Minas Gerais, mas nenhuma delas da Vale. O Estado procurou a ANM para obter informações sobre as fiscalizações já realizadas na estrutura da barragem que rompeu ontem, mas não obteve retorno.

Informal. O cenário nacional das barragens é marcado pela informalidade. O Brasil possuía, até dezembro de 2017, 24.092 barragens cadastradas pelos órgãos fiscalizadores. Das barragens cadastradas, apenas 13.997 (ou 58%) possuem algum tipo de ato de autorização (outorga, concessão, autorização, licença, entre outros) e estão regularizadas.

Pelas informações dos órgãos reguladores, 4.510 barragens (ou 18,7% do total cadastrado) submetem-se à Política Nacional de Segurança de Barragens. Em nota, a ANA informou que em 2017 encaminhou formulário para os órgãos fiscalizadores, que declararam as informações sobre as barragens sob sua responsabilidade. / A.B.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 26/01/2019****Seção: Metrópole****Autor:****Título: Justiça bloqueia R\$ 1 bi da empresa**

A Justiça determinou ontem o bloqueio de R\$ 1 bilhão da Vale. A liminar foi concedida em resposta à ação do governo mineiro, que pediu responsabilização

da mineradora. Segundo a decisão, o Estado deve impedir que os rejeitos contaminem os cursos de água e também cooperar com o resgate e o amparo às vítimas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Falta visão holística ao setor elétrico

O feudalismo foi uma forma de organização econômica, política e social que teve seu auge em torno do século 10.^o. O sistema tinha como principais características uma sociedade hierarquizada e descentralizada, com pouca mobilidade social. Cada senhor feudal cuidava do seu próprio território e da sua produção, criando uma economia de servidão com comércio limitado e sem avanços expressivos por aproximadamente dez séculos.

O setor elétrico brasileiro opera de forma parecida. Existem atualmente mais de 30 associações que representam interesses distintos e específicos dos diversos agentes. Com cada um defendendo o seu lado, falta ao setor uma visão holística para pensar as políticas atuais e as estratégias de médio e longo prazos. A disputa por benefícios individuais prejudica o setor como um todo, como no caso dos diversos subsídios, que oneram o bolso do consumidor.

A busca pela otimização individual tem levado à degradação global. O resultado deste cenário é um modelo ultrapassado para o setor elétrico no Brasil, com atraso na introdução de novas tecnologias. A dimensão continental e as características regionais fazem com que o País tenha uma condição natural diversa e privilegiada em relação à disponibilidade de fontes primárias de energia, incluindo hídrica, eólica, solar, biomassa, gás natural e nuclear.

Apesar disso, a eletricidade é cara e as interrupções no fornecimento são frequentes em comparação com outros países. Japão e EUA, por exemplo, têm um arcabouço legal e regulatório muito mais avançado, mesmo enfrentando desafios. Assim como ocorre no Brasil, os EUA também têm grande diversidade de fontes e uma dimensão continental, mas precisam atender a uma demanda por energia elétrica muito superior.

O caso japonês é oposto, com baixa disponibilidade de fontes e dificuldades geográficas para a integração das redes, que precisaram ser estruturadas de forma descentralizada entre o leste e o oeste. Além disso, desastres naturais são recorrentes, como o acidente de Fukushima, que impôs questionamentos à geração nuclear no país, importante fonte de abastecimento local. Enquanto

isso, o que se observa no Brasil são desarranjos estruturais acumulados após anos de má gestão no setor.

A combinação de subsídios cruzados com períodos de acionamento de térmicas a óleo, em razão da menor participação das hidrelétricas e tributos elevados, impôs ao consumidor uma das mais altas tarifas de energia elétrica do mundo. Essas bombas-relógio tarifárias herdadas dos últimos anos, junto com conflitos judiciais, se refletem não só em prejuízos aos consumidores, mas também aumentam o chamado custo Brasil.

Existem propostas em andamento no Congresso, com destaque para os Projetos de Lei: n.º 1.917/2015, que dispõe sobre aperfeiçoamento setorial com diminuição de subsídios; n.º 6.621/2016, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras; e n.º 9.463/2018, que dispõe sobre a desestatização do Grupo Eletrobrás. A boa notícia é que o governo Temer teve sucesso na privatização das últimas seis distribuidoras controladas pela Eletrobrás no final de 2018, dando continuidade ao processo de reestruturação da empresa.

Há, ainda, um longo caminho pela frente para a reestruturação do setor. A oportunidade de aumento da oferta de gás natural do pré-sal e mesmo a importação de GNL viabilizam as térmicas a gás natural. Com isso, seria possível ampliar a participação de renováveis como eólica e solar. O setor elétrico tem uma enorme importância nas cadeias produtivas, na formação de preços e custos. Não pode ser um setor mais ou menos, e, se o País quer dar certo, precisa de segurança no abastecimento.

Estes avanços dependem de maior segurança regulatória e jurídica para atração de investimentos, que dependem de uma articulação integrada entre os agentes do setor. É necessário que haja um ambiente de confiança, buscando competição e eficiência. Para isso, é preciso evoluir do modelo feudal e enxergar o planejamento do setor elétrico de forma holística. Tudo isso para beneficiar o consumidor.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/01/2019

Seção: Política

Autor: Alessandra Azevedo

Título: Um mar de destruição

Três anos depois do rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG), mais um desastre, com características tão trágicas quanto aquela e com potencial de ter vitimado ainda mais pessoas, dilacerou a vida de centenas de famílias brasileiras. Às 13h37 de ontem, a Vale do Rio Doce avisou a autoridades que uma barragem havia se rompido na Mina do Feijão, na área rural de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte. Segundo a mineradora, outra barragem próxima transbordou, o que colaborou para aumentar o mar de lama e rejeitos de mineração que atingiu 427 pessoas, entre moradores e funcionários da empresa. Até o fechamento desta edição, sete morreram, sete ficaram feridas e 150 estavam desaparecidas.

A maioria das vítimas trabalhava na Vale, segundo o presidente da mineradora, Fabio Schvarstman. Algumas estavam almoçando no refeitório quando foram surpreendidas pela enxurrada. “Desta vez, estamos falando de uma tragédia humana”, reconheceu. Ele não soube dizer o que levou ao rompimento da barragem ou por que as sirenes de emergência não tocaram. (veja reportagem na página 3)

Os danos foram grandes do ponto de vista ambiental, mas devem ser ainda maiores do que os de Mariana em quantidade de vítimas. Durante o dia, 279 pessoas haviam sido resgatadas com vida, pela contagem do governo mineiro. Quase 100 bombeiros participaram das buscas, que se estenderam pela madrugada, conseguiram tirar nove pessoas vivas da lama e resgatar 100 que estavam ilhadas. Mas, por volta das 21h, o governador do estado, Romeu Zema, disse que as chances de encontrar alguém vivo, a partir de então, seriam mínimas. “Vamos resgatar somente corpos”, lamentou.

“O vazamento tem uma característica diferente daquele que aconteceu em Mariana, que foram centenas de quilômetros. Este teve um maior número de vítimas, mas vai ficar territorialmente mais limitado”, comparou Zema. O governador também alertou para o estado da barragem. “O vazamento até agora parece estável, caso não chova. Mas, se chover, pode se mover mais um pouco”, disse.

Plano de ação

Enquanto a lama tomava conta de Brumadinho, o presidente Jair Bolsonaro anunciava, em Brasília, a criação de dois gabinetes de crise para acompanhar o andamento das operações de resgate: um do Palácio do Planalto e outro no Ministério do Meio Ambiente. Por volta das 14h, ele se reuniu com ministros, no Planalto, para discutir o assunto. Em pronunciamento oficial, pouco depois das 18h, o presidente classificou o episódio como “triste notícia” e garantiu “tomar todas as medidas cabíveis para minorar o sofrimento de familiares e possíveis

vítimas, bem como a questão ambiental”.

Bolsonaro também disse que tropas da 4ª Brigada da Região Juiz de Fora (MG) haviam sido enviadas ao município. Três ministros foram escalados, ainda durante a tarde, para acompanhar o caso de perto e já estavam em Belo Horizonte à noite: **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, Gustavo Canuto (Desenvolvimento Regional) e Ricardo Salles (Meio Ambiente). Ainda na manhã de hoje, o presidente deve chegar à capital mineira, acompanhado do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, para sobrevoar a região atingida e avaliar os danos.

O governo de Minas também criou um gabinete de crise. Zema, que estava no interior do estado, voltou à capital mineira às 15h40. Ele prometeu “atendimento imediato às vítimas” e “acompanhar a apuração dos fatores que causaram o acidente”. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, também anunciou que acompanhará os desdobramentos do rompimento da barragem. “É mais uma tragédia humana e ambiental que atinge o estado e que reforça a preocupação com problemas crônicos e graves em nosso país”, afirmou.

Antes de completar um mês no governo, o presidente precisa lidar com um desastre ambiental que tem potencial de ser mais grave que o de Mariana, situação que o obriga a colocar no centro da agenda a questão ambiental. O vice-presidente, Hamilton Mourão, afirmou que a Vale é uma empresa privada e que, portanto, o governo não pode ser culpado pelo acidente. “Essa conta não pode vir para gente. Não pode vir para nosso governo, porque nós assumimos faz 30 dias”, disse Mourão.

“Não quero começar a culpar os outros pelo que está acontecendo, mas algo está sendo feito errado ao longo dos tempos”

Jair Bolsonaro, em entrevista à Rádio Regional de Brumadinho

“Vamos resgatar somente corpos”

Romeu Zema, governador de Minas

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/01/2019

Seção: Política

Autor: Alessandra Azevedo

Título: Desespero e preocupação

As ruas de Brumadinho — a pequena cidade ao lado de Belo Horizonte, mais conhecida por abrigar o Museu de Inhotim — foram tomadas pelo desespero. Parte dos moradores teve de deixar suas casas por causa do avanço da lama; outros corriam atrás de notícias sobre parentes e amigos desaparecidos, em meio a boatos de todos os tipos. Comerciantes abriram as portas para abrigar vizinhos, um campo de futebol serviu como heliponto e um galpão foi improvisado para triagem médica.

“Estamos agoniados”, contou a dona de casa Márcia Oliveira, que esperava informações do irmão e de sobrinhos. “Disseram para a gente vir para cá, mas não falam nada”, disse ela, em frente ao gabinete de crise, montado no centro do município pela mineradora — responsável por boa parte dos empregos na região. As famílias ficavam em uma quadra ao lado do local, e equipes recolhiam nomes de possíveis desaparecidos. Também nas redes sociais, internautas compartilhavam publicações sobre desaparecidos.

A pouco mais de seis quilômetros do local do desastre, na zona rural, o campo de futebol de uma faculdade privada foi usado por helicópteros dos Bombeiros e da Polícia Civil. Em um galpão ao lado, foi montada uma estrutura para atendimento médico de emergência. “No local (do acidente), teremos apenas uma estrutura emergencial, já que lá falta água, energia, e o acesso é complicado”, afirma o major Santiago, da PM. Imagens feitas pela TV mostraram pessoas resgatadas com vida, cobertas de lama.

Ao menos oito hospitais de Belo Horizonte e de Betim acionaram o plano para atendimento de múltiplas vítimas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/01/2019

Seção: Política

Autor: Lucas Valença

Título: Dano humano será maior

O presidente da Vale, Fábio Schvartsman, afirmou, em entrevista coletiva, que o número de vítimas do rompimento da barragem de Brumadinho é “terrível”. Ao comparar com a tragédia anterior, em Mariana, o executivo disse que ambas se distinguem do ponto de vista ambiental e humano. “Desta vez, é uma tragédia humana, porque estamos falando de uma quantidade grande de vítimas. Possivelmente, o dano ambiental é menor, e o humano, maior”, afirmou.

Segundo ele, cerca de 300 empregados da Vale estavam no prédio

administrativo e no restaurante da Mina do Córrego do Feijão quando a barragem de rejeitos se rompeu. Quando ele assumiu o cargo, em 2017, disse que seu lema seria “Mariana nunca mais”. A barragem do Fundão, que se rompeu em novembro de 2015, era gerida pela Samarco, parceria da Vale com a australiana BHP.

Schvartsman pediu desculpas às famílias das vítimas. “Esses acidentes são a pior coisa que pode acontecer na vida. A maioria dos atingidos são nossos próprios funcionários. Tínhamos aproximadamente 300 funcionários próprios e de terceiros no local”, afirmou.

O Complexo de Paraopeba, onde estava localizada a barragem, conta com quatro minas de minério de ferro, uma jazida e duas usinas de beneficiamento. O complexo produziu cerca de 7% do total gerado pela Vale em 2017 — 26 milhões de toneladas de minério, segundo informações do site da empresa.

Dizendo-se “dilacerado” pela tragédia, o executivo informou que a barragem que se rompeu, a Barragem 1, estava inativa e em processo de desativação. Segundo ele, uma auditoria realizada no ano passado não detectou nenhum problema que pudesse indicar a possibilidade de rompimento. “O último relatório da auditoria foi feito em 26 de setembro de 2018”, informou, referindo-se à auditoria da empresa alemã Tuv Sud.

Apuração

A Barragem 1 tinha 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos da produção de minério de ferro, na maioria terra, segundo o executivo — a título de comparação, no desastre de Mariana, o volume era de 50 milhões de metros cúbicos.

A produção da Vale não será afetada porque a barragem estava desativada. Uma segunda barragem também teria vazado, segundo Schvartsman, mas não provocou danos como a primeira, por ter um material mais seco em sua estrutura.

O executivo não soube informar o motivo do rompimento, ainda sendo apurado. Mas disse que a Vale vai fazer de tudo para minimizar os danos causados, atendendo às vítimas e seus familiares. Segundo ele, desde Mariana, a Vale adotou ações para evitar acidentes como este.

DF oferece ajuda

O Governo do Distrito Federal colocou à disposição de Brumadinho (MG) e da população mineira os serviços da Defesa Civil e dos órgãos da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social (SSP) para colaborar de todas as formas. O Corpo de Bombeiros também está recebendo doações de água potável para

ajudar as vítimas da tragédia. O Ministério da Saúde disponibilizou kits de emergência e vacinas, além de 150 leitos hospitalares.

“Como vou dizer que a gente aprendeu se acaba de acontecer um acidente desses? O que posso dizer foi o que a gente fez depois do acidente. Viramos todas as barragens do avesso e contratamos as melhores auditorias do mundo para verificar o estado de todas elas”

Fábio Schvartsman, presidente da Vale

“É uma negligência do governo, do Estado e das mineradoras. Consideramos, portanto, o fato como um crime que deve ser investigado e punido os autores”

Marcelo Laterman, especialista em energia do Greenpeace

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/01/2019

Seção: Política

Autor: Lucas Valença

Título: Críticas de ambientalistas

O Greenpeace, organização não governamental de proteção ao meio ambiente, classificou a tragédia de Brumadinho como uma “lição não aprendida” pelo país. “O Brasil não aprendeu com o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana. É uma negligência do governo, do estado e das mineradoras. Consideramos, portanto, o fato como um crime que deve ser investigado, e os autores, punidos”, afirmou Marcelo Laterman, especialista em energia da ONG.

Na visão dele, se a fiscalização fosse cumprida da maneira correta, a repetição da tragédia poderia ter sido evitada. A Vale foi responsável, em 2015, por um dos maiores desastres da história do Brasil, ressaltou Laterman. “De quantas Marianas ou Brumadinhos vamos precisar para aprender que precisamos fiscalizar? O que mais o Brasil vai precisar passar para que tenhamos esses mecanismos eficientes de fiscalização?”, questionou.

Para o integrante do Greenpeace, a negligência de instituições do estado em apurar e punir os envolvidos no caso de Mariana fez com que o fato se repetisse. “Até hoje, as pessoas afetadas ainda lutam na Justiça. Assim como o ecossistema do local, que nunca foi reparado. Passaram (empresas) impunes em Mariana”, lamentou.

A professora e coordenadora do Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Andréa Zhouri, contou que, após

o desastre de Mariana, normas foram flexibilizadas, e o licenciamento ambiental se tornou menos rigoroso. “Esse rompimento de Brumadinho é um desastre anunciado, em função desse processo de desregulação ambiental. Há um desmanche do sistema”, afirmou.

Segundo ela, antes o processo para se conseguir um licenciamento era trifásico, mas, agora, pode ser feito em uma única fase. A obrigatoriedade de uma audiência pública também foi retirada pelo estado. “É basicamente um automonitoramento, já que, muitas vezes, os órgãos de fiscalização se baseiam em declarações das próprias empresas. Essa negligência institucionalizada coloca a população em risco, o que nos preocupa bastante”, frisou.

O também professor da UFMG Allaoua Saadi, na área da geografia, explicou que, como as partículas do rejeito são muito finas, a lama deve seguir o percurso do Rio São Francisco. “As barragens ao longo do rio vão conter parcela dessa lama, mas grande parte vai continuar no curso do rio. Vai afetar a vida dos animais, como peixes, dos ribeirinhos e terá uma infinidade de consequências. Até onde essa lama vai, é impossível dizer”, enfatizou.

Ibama e ANA

A assessoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) esclareceu que o órgão não tinha a competência para fiscalizar a barragem, já que o licenciamento era estadual. No entanto, disse que enviará uma equipe de suporte à região, pois o órgão atua nos casos de emergência ambiental.

Por meio de nota, a Agência Nacional de Águas (ANA) informou que tem monitorado a onda de rejeitos minerais que deve chegar à barragem da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, localizada a 220km do local do rompimento. A qualidade da água que chega aos municípios próximos ao Rio Paraopeba também está sendo monitorada para evitar qualquer tipo de contaminação.

Ações da empresa desabam

Com o rompimento da barragem da Vale, os ADRs (American Depositary Receipts), que são os papéis da companhia negociados na NYSE (Bolsa de Nova York), reverteram a tendência de alta para queda. Na última sessão de negócios da semana, os ativos da companhia tiveram forte recuo de 8,34%, negociados a US\$ 13,620. Já o índice EWZ, que mede o desempenho dos principais papéis de empresas brasileiras negociados em Nova York, avançou, no dia, 0,39%, atenuando os ganhos diante da tragédia envolvendo a mineradora.

No início da manhã de ontem, os papéis da estatal chegaram a subir cerca de 3%. No entanto, com a notícia do desastre, os ativos, imediatamente,

apresentaram forte recuo. Ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) ficou fechada, devido ao aniversário de São Paulo, mas, de acordo com analistas, a Bovespa deve apresentar fortes perdas na segunda-feira, na reabertura dos negócios domésticos.

Na visão do assessor de investimentos da Miura Investimentos, Carlos Henrique Oliveira, a reação de “fuga” dos investidores dos papéis da mineradora é típica do mercado financeiro. “O mercado da Vale é mundial, não é somente o investidor brasileiro que dá preço. Por falta de informações precisas acerca do ocorrido, essa forte queda gerou pânico”, frisou.

Investidores também se preocupam com eventuais novos desdobramentos judiciais que podem incorrer à mineradora na Justiça dos Estados Unidos. A Vale já foi alvo de duas ações coletivas devido ao rompimento da barragem da Samarco, de Mariana, em 2015. Para Renan Silva, economista da BlueMetrix Ativos, a tragédia, em Brumadinho, afetará o pregão da próxima segunda. “Os investidores que possuem acesso ao mercado aberto no exterior já precificaram, hoje (ontem), essa tragédia, mas é difícil mensurar, agora, o real impacto à Vale. O mercado doméstico, por estar fechado, fica represando essa queda e, com a reabertura da Bovespa, na segunda, as ações da companhia devem sofrer uma forte queda”, analisou.

No pregão doméstico de quinta-feira, os ativos ordinários da Vale encerraram em alta de 0,90%, sendo negociados a R\$ 56,15. No ano, os papéis da mineradora apresentam valorização de 10,1%. Os ativos da Vale compõem 10,903% da carteira do Ibovespa no quadrimestre entre janeiro e abril deste ano, parcela significativa entre as ações negociadas. A companhia possui, atualmente, valor de mercado em R\$ 291 bilhões, constituindo a terceira maior empresa brasileira de capital aberto.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

Saiba mais

Uma cidade mineradora

Brumadinho tem na indústria da mineração uma das maiores fontes de sustentação da economia local e foi, no ano passado, o oitavo município que mais arrecadou royalties provenientes da atividade, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem). Coube à cidade de 34 mil habitantes receita de R\$ 37,476 milhões em 2018, da arrecadação total recorde no estado, de R\$ 1,311 bilhão. O Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) registra atuação de 13 empreendimentos minerários no município, entre explorações de minério de ferro, água mineral e areia. A receita dos royalties apurada em favor

de Brumadinho cresceu 66% na comparação com 2017. Além da Vale, outra grande empresa que atua na cidade é a Vallorec Mineração, que confirmou, nesta semana, ao governador Romeu Zema, o plano de expansão da Mina de Pau Branco, com investimentos de R\$ 220 milhões. O projeto de engenharia do empreendimento está sendo detalhado e as obras serão concluídas até o início de 2021. A companhia informou que deverá criar 335 empregos diretos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/01/2019

Seção: Política

Autor: Simone Kafruni

Título: Fora da lista de "preocupantes"

Levantamento divulgado pela Agência Nacional de Águas (ANA), que compila informações de todos os órgãos responsáveis por barragens no país, traz uma lista com 45 estruturas que, segundo 13 órgãos de controle, estariam em situação preocupante “por possuírem algum comprometimento importante que impacta a segurança”. A barragem de Brumadinho, da Vale, no entanto, não é citada no relatório.

Mesmo após o desastre de Mariana, o Brasil mantém uma estrutura precária de fiscalização. Dados do Relatório de Segurança de Barragens de 2017, publicado no ano passado, apontam que Agência Nacional de Mineração (ANM) é responsável por 790 barragens de rejeito espalhadas pelo país. O trabalho de fiscalização, porém, limitou-se a apenas 211 vistorias ocorridas em 2017, o que equivale a 27% dessas instalações.

As estruturas ligadas à área de mineração no relatório da ANA estão sob a tutela da ANM. Entre os 45 empreendimentos com problemas estruturais, a ANM apresenta cinco barragens, todas em Minas Gerais, mas nenhuma delas da Vale. Segundo a agência, “a mineradora Vale vistoriou, em dezembro, estrutura da barragem de Brumadinho (MG) sem ter apontado qualquer tipo de falha de segurança”. De acordo com o órgão, a mineradora garantiu, em três relatórios técnicos apresentados no ano passado, a estabilidade da estrutura de Brumadinho.

Informalidade

O cenário nacional das barragens é marcado pela informalidade. O Brasil possuía, até dezembro de 2017, nada menos que 24.092 barragens cadastradas

pelos órgãos fiscalizadores, englobando todo tipo de estrutura. Desse total, apenas 13.997 (ou 58%) estão regularizadas.

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), Marcos Camargo, há tempos, laudos periciais apontam para riscos de rompimento de barragens.

Acordo por segurança

Há pouco mais de um mês, houve uma reunião entre órgãos para tratar do aperfeiçoamento da segurança das barragens em território nacional. Em 20 de dezembro, o diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Victor Bicca, assinou um acordo de cooperação com a Agência Nacional de Águas (ANA), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) e o Ministério da Integração Nacional. Segundo informações da ANM, o objetivo principal do acordo era assegurar “ações conjuntas e coordenadas” entre os órgãos para buscar um maior controle da segurança das barragens. A intenção era cumprir as políticas estabelecidas pela Lei nº 12.334/10, que trata sobre a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/01/2019

Seção: Política

Autor: Simone Kafruni

Título: Tecnologia pode ajudar

O ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou ontem que o país tem muitas tecnologias para ajudar na prevenção de acidentes como o que ocorreu ontem na barragem da Vale em Brumadinho (MG), mas destacou que falta orçamento para dar a cobertura adequada ao país. “Temos tecnologia tanto para a prevenção quanto para o acompanhamento das emergências”, disse, após uma coletiva de imprensa para divulgar a programação de sua viagem a Israel, na semana que vem.

“Existem sensores de umidade e um radar que permite uma varredura de precisão para mostrar deslocamentos minúsculos de estruturas de solo. Isso poderia ser usado para dar um aviso”, ressaltou. Pontes assinalou que o MCTIC tem, dentro de sua estrutura, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cenaden).

“O Cenaden já tem vários sensores instalados no Brasil mais voltados para encostas. Ainda não com a cobertura adequada. Há uma série de coisas sendo feitas, mas falta orçamento. Se tivermos um nível orçamentário mais adequado para ampliar esses projetos, vamos conseguir ajudar muito mais os outros ministérios”, afirmou.

Durante o encontro com a imprensa, o ministro divulgou a missão dos 100 dias à frente do MCTIC. Entre as prioridades, está a criação de um centro para testes de dessalinização em Campina Grande (PB), para avaliação do quanto é gasto com energia, qual vazão da água e qual tipo de manutenção desses projetos. “Esses dados vão alimentar o Ministério de Desenvolvimento Regional para otimizar o sistema”, destacou. Outra missão será abrir um canal para que as empresas que já desenvolvem algum tipo de projeto na área de dessalinização possam entrar em contato com o ministério.

“Existem sensores de umidade e um radar que permite uma varredura de precisão para mostrar deslocamentos minúsculos de estruturas de solo. Isso poderia ser usado para dar um aviso”

Marcos Pontes, ministro do MCTIC

Deu no...

NY Times

Uma barragem de mineração explodiu no sudeste do Brasil, inundando casas próximas, submergindo carros e ônibus num rio de lama e deixando 200 pessoas desaparecidas, de acordo com as equipes de resgate. O acidente, na cidade de Brumadinho, ocorre apenas três anos depois que uma barragem explodiu em Mariana, a 120 quilômetros de distância, matando 19 pessoas e causando um dos piores desastres ambientais da história do Brasil.

BBC

O Corpo de Bombeiros de Minas Gerais confirmou, no fim da tarde de ontem, que cerca de 200 pessoas estão desaparecidas, após o rompimento de uma barragem no município de Brumadinho, que faz parte da zona metropolitana da capital mineira, Belo Horizonte. De acordo com a Defesa Civil do estado, 17 pessoas foram resgatadas com vida. A mineradora Vale, dona da barragem, confirmou que havia funcionários na área atingida pela lama, o que indica “a possibilidade, ainda não confirmada, de vítimas”. Há três anos, em novembro de

2015, outra barragem da empresa em Minas Gerais, na região de Mariana, também se rompeu, matando 19 pessoas.

The Guardian

Cerca de 200 pessoas estão desaparecidas depois que três represas operadas pela mineradora Vale colapsaram no estado brasileiro de Minas Gerais, liberando uma onda de resíduos de mineração vermelha e provocando temores de uma contaminação generalizada.

El País

Uma barragem da mineradora Vale rompeu no início da tarde desta sexta-feira em Brumadinho, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, causando uma avalanche de lama e rejeitos de minério de ferro. Segundo a Vale, o rompimento aconteceu na Mina Feijão, mas a barragem estava desativada desde 2015. O Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil do estado trabalham na busca e resgate de feridos, mas até o fim da tarde ainda não havia confirmado o número de vítimas nem se há mortos no local, embora fale em mais de 200 desaparecidos.

Le Monde

Cerca de 200 pessoas foram dadas como desaparecidas nesta sexta-feira, após o rompimento de uma barragem pelo gigante da mineração Vale no Brasil. Esse acidente ocorreu no estado de Minas Gerais (sudeste), uma região onde um desastre semelhante causou, em 2015, a pior tragédia ambiental do país, fazendo 19 vítimas e devastando a região.

Protesto

Os irmãos grafiteiros, conhecidos como Os Gêmeos, divulgaram uma imagem que faz referência à tragédia de Brumadinho e a preocupação única das empresas com o lucro. A arte foi bastante compartilhada nas redes sociais, inclusive pelo jogador Neymar. Nascidos em São Paulo, Os Gêmeos têm trabalhos em Cuba, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Grécia, entre outros países. Os temas vão de retratos de família à crítica social e política. Outras celebridades lamentaram a tragédia. O padre Fábio de Melo tuitou: “As nossas

tragédias se repetem. As famílias de Brumadinho enfrentando o mesmo sofrimento que as de Mariana, há três anos”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/01/2019

Seção: Política

Autor: Marcelo Ernesto

Título: Museu de Inhotim evacua visitantes e fecha

O Ministério do Turismo lamentou ontem o rompimento da barragem da Mina Córrego Feijão, em Brumadinho. Em nota, a pasta se solidariza com as vítimas e com a comunidade afetada e destaca o impacto no funcionamento do Museu de Inhotim. “Além de todos os danos ambientais, o rompimento afeta o Instituto Inhotim, maior centro de arte ao ar livre da América Latina e importante atrativo turístico do Brasil”, afirmou a pasta.

O ministério, por meio de nota, se coloca à disposição para “trabalhar em parceria com outros órgãos do governo no amparo às famílias e na recuperação da região para minimizar o impacto da catástrofe e, por meio do turismo, ajudar a comunidade a superar o trauma e retomar a vida”.

Logo após a informação do rompimento da barragem, a administração do centro de artes resolveu evacuar o local e suspendeu as atividades no fim de semana. Distante cerca de 16 quilômetros da barragem, o complexo de arte contemporânea e jardim botânico não foi atingido pela lama.

O Inhotim recebe em média 35 mil visitantes por mês. De acordo com a assessoria, não é possível precisar quantos estavam no complexo ontem, pois a contagem só é feita no fim do dia.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/01/2019

Seção: Política

Autor: Isabella Solto

Título: O Brasil não aprende

Era 5 de novembro de 2015 quando 40 milhões de metros cúbicos de lama e rejeitos de minério de ferro soterraram o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, na Região Central de Minas Gerais, e percorreram quilômetros até o mar. A lama provocou a morte de 19 pessoas, contaminou o Rio Doce e mudou

a vida de 500 mil habitantes das mais de 40 cidades entre Minas Gerais e o Espírito Santo atingidas pelo vazamento, que se tornou o maior desastre ambiental da história do país.

Dona da barragem, a Samarco e suas controladoras — a Vale e a BHP Billiton — tratam o rompimento como um acidente. O Ministério Público, como um crime. Em meio à disputa judicial, muito pouco foi feito para reparar as perdas das vítimas e o estrago ao meio ambiente.

Responsável pela condução do caso em Mariana, o promotor Guilherme de Sá Meneghin lamentou a reedição de um filme. “O que a gente percebe, claramente, é que o Brasil não aprende com as lições da história”, disse. “E o que foi feito? Absolutamente nada. Não tem uma lei proibindo esse tipo de barragem, exigindo mais segurança para as barragens, nosso licenciamento ambiental continua precário. E, no outro lado, quando esses crimes ocorrem, a responsabilização das empresas e dos responsáveis é muito difícil.”

Três anos depois do desastre ambiental, ninguém foi preso. O processo envolvendo executivos da Samarco, Vale e BHP Billiton tramita na Vara Federal de Ponte Nova, ainda sem data para julgamento. Das 68 multas aplicadas por órgãos ambientais, apenas uma está sendo paga (em 59 parcelas). O impacto ambiental permanece, com a contaminação do Rio Doce. Embora tenham obtido na Justiça estadual benefícios, como o aluguel de residência, auxílio financeiro mensal e assessoria técnica para começar a refazer a vida, as vítimas ainda lutam por uma indenização.

“Apesar de ainda não termos uma indenização final, as famílias não estão desamparadas. Mas, infelizmente, nem todas as conquistas foram replicadas na Justiça Federal para as vítimas do restante da bacia”, afirma Guilherme Meneghin, referindo-se aos moradores dos demais municípios atingidos pelos rejeitos de Mariana e cujas ações tramitam na Justiça Federal. Para o promotor, o ideal seria que a legislação brasileira trouxesse em seu texto essas garantias, de forma que fossem aplicadas a qualquer vítima de crime ambiental, além de trazer isonomia para uma briga entre grandes empresas e moradores de áreas onde as mineradoras estão instaladas.

Mesmo quem conseguiu fechar acordos não tem garantia de receber a indenização. Que o diga o advogado Leonardo Amarante, que representa cerca de 9 mil pescadores — a maioria vinculada à federação da categoria. Depois do acerto entre as mineradoras e cerca de 1,5 mil profissionais, no último 27 de dezembro, ele foi pego de surpresa com uma liminar judicial alterando as regras acertadas extrajudicialmente, o que implicará diminuição no valor da indenização. O advogado recorreu da decisão no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). A expectativa é de que o recurso seja analisado na semana que

vem. “Essas idas e vindas e esses retrocessos explicam o acidente de hoje (ontem)”, argumenta.

“Ridículas”

A mineradora Samarco diz que firmou 16 acordos com parentes de vítimas — cujos valores não foram revelados. No fim do ano passado, a Fundação Renova — criada a partir de um acordo entre a Samarco, a União e os estados prejudicados — contabilizou pagamento de R\$ 1,2 bilhão a título de auxílios e compensações. Ainda segundo o instituto, 10.777 famílias recebem um auxílio mensal de um salário mínimo, acrescido de 20% por dependente e do equivalente a uma cesta básica do Dieese.

A Renova calcula ainda cerca de mil obras de recuperação de infraestruturas danificadas, como casas, propriedades rurais e escolas, reconstrução de pontes, cercas, currais, poços artesianos e pinguelas, contenções de taludes e encostas. Ao todo, 141,6 quilômetros de acessos foram reformados ou passaram por manutenção, e foram refeitos 205 quilômetros de cercamentos em propriedades rurais. Foram reformadas 101 residências e propriedades rurais, além de 26 comércios e 186 quintais e lotes, segundo a Renova.

Também foram restauradas praça, avenida, escola e quadra poliesportiva. Parte dos 157 mil metros cúbicos de rejeitos retirados do município foi deslocada para o Parque de Exposições para ampliação da área. Para o promotor Guilherme Meneghin, as ações ambientais executadas pela Fundação Renova até o momento foram “ridículas”.

Três perguntas para

Depois do desastre de Mariana, como explicar mais um episódio como esse?

É lamentável que um desastre como esse, semelhante ao de Mariana, venha a ocorrer novamente. O que a gente percebe, claramente, é que o Brasil não aprende com as lições da história. O que foi feito? Absolutamente nada. Não tem uma lei proibindo esse tipo de barragem, exigindo mais segurança para as barragens, o nosso licenciamento ambiental continua precário. E, no outro lado, quando esses crimes ocorrem, a responsabilização das empresas e pessoas é muito difícil. Nossa lei é completamente insuficiente e despreparada para lidar com uma questão tão grave, o que é fruto de uma leniência da nossa classe política em aprovar leis que realmente protejam as pessoas e o meio ambiente desse tipo de desastre.

É essa legislação insuficiente que justifica a impunidade no caso de Mariana?

Podemos olhar sob três aspectos: penal, ambiental e civil. No penal, de fato,

ninguém foi punido. O processo está tramitando na Vara Federal de Ponte Nova. Do ponto de vista ambiental, as ações que eles executaram por meio da Fundação Renova foram ridículas até o momento. Não houve uma reparação, o rio continua poluído e grande parte das margens do rio está completamente deteriorada. Do ponto de vista cível, nós conseguimos uma série de garantias que não estão previstas em lei e conseguimos judicialmente.

Que garantias são essas?

Por exemplo, a casa alugada, auxílio financeiro mensal, assessoria técnica, direito a inversão ao ônus da prova (possibilidade de o juiz interpretar mais favoravelmente à vítima), tudo isso foi fruto de uma ação civil pública ajuizada em Mariana e que, depois, foi em parte copiada para o restante da bacia pelo Ministério Público Federal. Teríamos que ter uma lei que pegasse todas as inovações que trouxemos e aplicasse a todas as vítimas de desastres.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/01/2019

Seção: Política

Autor: Flávia Ayer

Título: "Até quando vamos perder vidas?"

“Não mudou nada, e a barragem que rompeu em Brumadinho não estava entre as de risco. Então, a gente vê que não tem segurança. Até quando? A pergunta é essa: até quando vamos perder vidas? Até quando?”, afirma Ediléia Márcia dos Santos, de 42 anos. Ela é uma das moradoras de Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana, na Região Central de Minas, arrasado pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco.

Ediléia diz que se sente como se estivesse em Brumadinho. “A gente, que viveu isso na pele, fica pensando o que pode fazer, em que pode ajudar”, afirma. Desde que Bento Rodrigues foi destruído, há três anos e dois meses, ela mora em casa alugada, com o marido e os dois filhos. Eles ainda lutam pelos seus direitos. “Ficamos brigando para que nossas casas sejam construídas e para receber indenização.”

Também morador de Bento Rodrigues, José do Nascimento de Jesus, o Zezinho do Bento, de 63, não conteve o choro ao saber do desastre em Brumadinho. Oito sobrinhos dele moram no município atingido ontem e prestam serviço para a Mina do Feijão, onde houve a ruptura da barragem.

Além de reviver a tragédia, ele ficou apavorado com a possibilidade de a família estar entre os desaparecidos. “Eles trabalham na área onde o minério é transportado. Consegui falar com um sobrinho, e ele disse que estão todos bem. Estavam perto e estão assustados, porque passou no refeitório onde o pessoal almoça. Chorei muito. Se o governo não der um jeito, estamos todos dentro d’água.”

A Mina do Feijão pertence à mineradora Vale, que também é uma das donas da Samarco, responsável pelo acidente em Bento Rodrigues. “Quem sofre os danos é que fica no prejuízo. A empresa fica a mesma coisa. Tem é de fechar as minerações”, afirma Zezinho.

Ele ainda espera ser indenizado e receber uma casa, já que a sua foi destruída pela lama. “É o mesmo drama. O que mudou é que a gente tem um tremendo medo, não foi indenizado, não está morando nas nossas casas. As empresas são as mesmas, é tudo farinha do mesmo saco.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/01/2019

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: Sistema obsoleto

Brasília-DF

O governo de Jair Bolsonaro vai pedir a universidades e instituições públicas, inclusive militares, que estudem formas de rever o sistema de rejeitos de mineração. Depois das últimas tragédias, dizem ministros, não dá para manter o método, nem barragens que podem se romper e provocar desastres. O presidente pretende acompanhar o assunto de perto e levar as empresas a buscarem mecanismos que permitam desativar e limpar todas as áreas utilizadas como depósitos de rejeitos. Afinal, dizem no Planalto, se há tanta tecnologia em estudo, essa área não pode ficar de fora.

Dever de casa pendente I

Vice-presidente da Câmara, o deputado Fábio Ramalho (MDB-MG) suspendeu a campanha para presidir a Casa e está dedicado a cuidar dos desdobramentos da tragédia decorrente do rompimento da barragem de Brumadinho. “Como é que se deixa um refeitório sob uma barragem? A pergunta que não quer calar é:

como é que, três anos depois do que ocorreu em Mariana, ainda tenhamos que conviver com tragédias desse tipo?”, diz.

Dever de casa pendente II

A barragem em Mariana rompeu no governo Dilma Rousseff, passou o governo Michel Temer e, agora, caberá à gestão de Jair Bolsonaro ampliar a fiscalização. “Têm que ser fiscalizadas uma a uma, e de forma intermitente”, diz o parlamentar, que hoje se incorpora à comitiva do presidente que vai à região.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/01/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Luz sem taxa extra

O alívio na conta de luz dos brasileiros continua em fevereiro. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem que a bandeira tarifária permanecerá verde no próximo mês. Isso significa que não há cobrança adicional pela energia. Desde dezembro, os brasileiros não pagam taxas extras na fatura de eletricidade.

Na nota de justificativa, a Aneel informou que “mesmo com a elevação do preço de liquidação das diferenças (PLD) provocada pela diminuição das chuvas em janeiro, a estação chuvosa está em curso, propiciando elevação gradativa da produção de energia pelas usinas hidrelétricas e melhora do nível dos reservatórios, com a consequente recuperação do risco hidrológico (GSF)”. O GSF e o PLD são as duas variáveis que determinam a cor da bandeira a ser acionada.

Vale lembrar que na bandeira verde não há cobrança de taxa extra. Na bandeira amarela, o adicional é de R\$ 1 a cada 100 quilowatts/hora (kWh) consumidos. No primeiro nível da bandeira vermelha, o adicional é de R\$ 3 a cada 100kWh; e no segundo, de R\$ 5.

Mesmo com a bandeira verde, o órgão regulador divulgou algumas dicas de economia de energia. Como o chuveiro elétrico é um dos grandes vilões da tarifa, a recomendação é tomar banhos mais curtos, de até cinco minutos, selecionar a temperatura morna no verão e verificar as potências para calcular o

consumo.

O ar-condicionado é o eletrodoméstico que mais gasta energia. Portanto, ao usá-lo, é aconselhável não deixar portas e janelas abertas nos ambientes, manter os filtros limpos e reduzir ao máximo o tempo de utilização do aparelho. Colocar cortinas nas janelas que recebem sol direto também ajuda.

Só deixar a porta da geladeira aberta o tempo que for necessário, regular a temperatura interna de acordo com o manual de instruções e nunca colocar alimentos quentes dentro são outras dicas para economia na conta de luz.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/01/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Tragédia anunciada

Visão do Correio

A barragem da mineradora Vale — Mina do Feijão —, em Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, se rompeu tarde de ontem. Entre funcionários da maior empresa do ramo no país e moradores da região, o Corpo de Bombeiros estima que mais de 150 pessoas foram vítimas dessa tragédia. Um rio de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos invadiu o escritório e o restaurante da empresa e seguiu deixando um rastro de luto e de prejuízos, com o soterramento de residências na área rural, estabelecimentos comerciais, veículos, animais e plantações. Os resíduos chegaram ao Rio Paraopeba e poderão impactar seriamente o Rio São Francisco, um curso d'água debilitado pelo assoreamento, pela poluição e pela irrigação de empreendimentos ao longo do seu curso. Brumadinho ficou isolada.

Hoje, o presidente Jair Bolsonaro desembarca em Belo Horizonte e vai sobrevoar a área afetada. Em pronunciamento, no fim da tarde de ontem, ele enumerou providências do governo federal, com o envio de ministros — Meio Ambiente, da Indústria e do Comércio, e Desenvolvimento Regional — para Minas Gerais, orientados para a tomada de decisões voltadas “a minorar” os danos causados à população.

Há três anos e dois meses, idêntico drama ocorreu em Mariana, distante 128 km de Brumadinho. O rompimento da barragem da mineradora Samarco, também de propriedade da Vale, foi um tsunami de 50 milhões de metros cúbicos de lama, que matou 19 pessoas, destruiu, praticamente, todo o município, o Rio

Doce, desabrigou centenas de famílias e despejou toneladas de minérios em praias do Espírito Santo. A população ribeirinha, agricultores e comunidades indígenas perderam sua principal fonte de renda e de água, o Rio Doce.

Após Mariana, as mudanças prometidas na legislação não ocorreram. Pelo contrário, o governo de Minas mudou as regras ambientais para facilitar a concessão das licenças prévias, de instalação e de operação, atendendo aos interesses do setor mineral. Das 839 empresas de mineração do país, 44% estão instaladas em solo mineiro.

A frase “mais uma tragédia anunciada” virou jargão no país. Falta fiscalização da atividade mineradora e de outros segmentos, cujas atividades impactam o patrimônio ambiental e a vida de comunidades inteiras. Aplicar multas pesadas ou fechar empresas que infringem a legislação ambiental são providências insuficientes. Se, de um lado, há necessidade de rever a burocracia para atrair investidores em todos os segmentos da economia, inclusive no campo da mineração; de outro, é imperioso que, na mesma proporção da flexibilização, seja mais rigorosa a responsabilização de empresários e técnicos pelos danos causados devido à negligência e à inexistência de mecanismo de prevenção de acidentes. A sociedade brasileira não suporta mais que a impunidade prevaleça.

MME / ASCOM .